

Perspectivas do Movimento Nacionalista

Diante da Orientação do Governo (LEIA EDITORIAL NA 3a. PAGINA)



VOZ OPERÁRIA

Nº 473 ☆ Rio de Janeiro, 28 de Junho de 1958 ☆



BRILHA O FUTEBOL BRASILEIRO NOS CAMPOS DA SUÉCIA

O VI Campeonato Mundial de Futebol, que domingo próximo chegará à conclusão na Suécia concentra a atenção da esmagadora maioria do povo brasileiro. E isto se justifica, em virtude da excepcional popularidade que aquele esporte possui entre nós como pelo notável brilhantismo da atuação do selecionado nacional. Após as decepções dos campeonatos de 1950 e 1954, e diante da politicagem que domina as altas direções do esporte, era natural que o nosso selecionado partisse do país sem suscitar grandes esperanças dos torcedores. Mas os fatos vieram demonstrar que os dirigentes e os componentes da equipe atual aproveitaram as lições do passado e afastaram os obstáculos que

até agora impediam a plena manifestação das magníficas virtudes do futebol brasileiro. Seja qual fôr o resultado da finalíssima de domingo próximo, a campanha até aqui realizada já é digna de grandes elogios. Em cinco partidas disputadas, o «onze» nacional empatou uma única vez (com a Inglaterra) e venceu equipes das mais poderosas do mundo, como as da Austria, União Soviética, País de Gales e França. Juntamente com milhões de brasileiros, fazemos votos para que, no domingo próximo, o selecionado brasileiro possa consagrar-se vencedor do campeonato. No clichê, o valoroso quadro nacional quando na fase de sua preparação no Estádio do Maracanã.

Enorme entusiasmo popular tomou conta do Rio de Janeiro na terça-feira última, durante a irradiação do prêmio entre os selecionados do Brasil e da França. O resultado final foi acolhido com grandes manifestações de alegria. No clichê acima, alguns flagrantes: um jogador soltado em plena Cinelândia, torcedores em vibração e o placard final.

VITÓRIA DO CINEMA SOVIÉTICO NO FESTIVAL DE CANNES

Participando com brilhantismo do XI Festival Internacional de Cinema, em Cannes, a União Soviética, com o filme «Quando passam as Cegonhas», ganhou o primeiro prêmio, sob os mais calorosos aplausos da crítica internacional. Na foto: a delegação soviética ao festival, de regresso a Moscou, exhibe o prêmio conquistado.



NESTE NÚMERO:

O DISCURSO DO PRESIDENTE E A REALIDADE NACIONAL — Comentário Político (Na terceira página)

★★★

UMA AÇÃO POSITIVA DAS FORÇAS NACIONALISTAS — Artigo de A. GUEDES (Na quinta página)

★★★

REAÇÃO DO MUNDO POLÍTICO DIANTE DAS FALÁCIAS DA OPERAÇÃO ENTRE-GUISTA — Artigo de PAULO MOTTA LIMA (na quinta página)

★★★

GANHA AMPLAS PROPORÇÕES A CAMPANHA POR AUMENTO DE SALÁRIO — Reportagem de ROBERTO MORENA (na página central)

★★★

O PC FRANCÊS DEFINE SUA POSIÇÃO PERANTE DE GAULLE — Discurso de Maurice THOREZ (na quarta página)

"Encontro" Pela Cooperaçao Internacional E o Desarmamento Geral, em São Paulo

Convocado por um expressivo grupo de personalidades, realiza-se em São Paulo, nos dias 28 e 29 de junho, na sede da Associação Paulista de Imprensa, um «encontro» preparatório do Congresso pelo Desarmamento e Cooperaçao Internacional, que se reunirá em Estocolmo.

O texto do documento de convocação é o seguinte:

Inspirados no anseio universal de fraternidade entre os povos, convocamos as pessoas e organizações interessadas na cooperação internacional para um Encontro, a realizar-se em São Paulo, nos próximos dias 28 e 29, com o objetivo de discutir problemas atinentes à Cooperaçao Internacional e ao Desarmamento.

Esta reunião de estudos visará à elaboração de sugestões e à apresentação de subsídios aos Delegados brasileiros ao Con-

gresso pelo Desarmamento e a Cooperaçao Internacional que terá lugar em 16 de julho vindouro, em Estocolmo, sob os auspícios do Conselho Mundial da Paz e o patrocínio de Lord Bertrand Russel, Pastor Niemöller, Jean Paul Sartre e outras eminentes personalidades, com a nobre finalidade de discutir idéias e métodos que possam assegurar o desenvolvimento de um frutífero intercâmbio cultural e econômico entre os povos e consolidar as ba-

ses para o desarmamento geral e a paz mundial.

São Paulo, junho de 1958.

- Dep. Jonas Bahiense
- Dep. Abguar Bastos
- Vereador Mário Câmara
- Dep. Romeu Campos Vergal
- Dep. Leônidas Cardoso
- Dr. Abel Chermont
- Rev. Cesar Dacorso, Bispo Metodista
- Dep. Rogé Ferreira
- Dep. Cid Franco
- Salvador Romano Lossaco
- Vereador João Lousada
- Vereador Agenor Lino de Matos
- Vereador Milton Marcondes
- Vereador Freitas Nobre
- Dep. Coracy de Oliveira
- Dep. Dagoberto Salles
- Prof. Mário Schemberg
- Vereador Timotéo Spinola
- Dep. Aarão Steinbruch
- Dep. Ariel Tomasini
- Vereador Hermínio Vicente
- Vereador Hélio Walcacer

Declaração de Togliatti Sobre O Processo Imre Nagy

O Secretário geral do Partido Comunista Italiano, Palmiro Togliatti, fez a seguinte declaração a um correspondente do jornal "Paese Sera":

— Deputados de diversas tendências, a começar naturalmente pelos fascistas, fizeram numerosas declarações por motivo do processo dos chefes do levante húngaro de 1956 e da condenação a que foram submetidos. Sei que os camaradas que, a partir de novembro de 1956, dirigem o Partido e o governo húngaro, conseguiram êxito na causa da restauração do Estado popular: solucionaram grande parte de sérios problemas e conquistaram a confiança de grande parte dos trabalhadores.

O tribunal que impôs a condenação é um órgão popular e revolucionário. Precisamente sobre ele recaiu a incumbência de julgar os fatos e tirar as conclusões correspondentes. Resta-me fazer apenas as duas observações seguintes: primeira — o pronunciamento contra-revolucionário da Hungria em 1956 visava a derrubada do regime popular a fim de conduzir o país para o campo dos imperialistas; afastá-lo do campo socialista. Consequentemente, a luta travada na Hungria foi uma ingente luta política e de classe, uma luta entre o re-

gime reacionário e o popular, que no fim de contas era necessário defender por todos os meios. Um destes meios foi o tribunal revolucionário popular, criado para julgar aqueles que, sendo enganados e atraídos aos acontecimentos, pegaram em armas, aqueles que instigaram ao criminoso levante de outubro e às subsequentes ações militares, contribuíram para esse levante e essas ações e os dirigiram.

A segunda observação que quero fazer — acrescentou Togliatti — consiste em que, não obstante a derrota de 1956, o chamado bloco ocidental, encabeçado pelos Estados Unidos da América, ainda hoje continua a apresentar exigências objetivando fundamentalmente o aniquilamento do regime popular e socialista nos países da Europa Oriental, a começar pela Hungria. Até agora não há o menor alívio da tensão neste sentido. Portanto, aqueles que vociferam por causa das condenações impostas em Budapeste em muitos casos são hipócritas, pois entre eles existem muitos que não somente saudaram sempre a luta pelo esmagamento do regime popular e socialista, como, possivelmente, dela participaram de forma direta.

Discussões Técnicas Sobre A Cessaçao das Esperiências Nucleares

Terão início, em 1 de julho, as conversações técnicas entre representantes das potências que possuem armas nucleares, a fim de preparar as bases de um acordo de suspensão das explosões experimentais. A conferência terá como sede a cidade de Genebra, em dependências do antigo Palácio da Liga das Nações, hoje sob a administração da ONU. Como se sabe, os Estados Unidos e a Inglaterra alegaram, para se furtarem a seguir o exemplo soviético de suspensão unilateral das experiências, que antes de uma tal medida seria preciso estabelecer com mais rigor os meios de controle, isto é, os meios de verificar se o acordo estaria sendo respeitado, através das observações de postos científicos internacionais, equipados para a detecção de explosões experimentais em qualquer parte do mundo. A União Soviética concordou então em que esses meios de controle fossem estudados por uma comissão de técnicos e cientistas.

ta diplomática na qual concordou com a indicação do delegado canadense, reiterou sua confiança em que os especialistas que se reunirão em Genebra possam contribuir para pôr fim, o mais breve possível, às experiências com armas atômicas e de hidrogênio.



Pedida a Anulaçao das Eleicoes Portuguesas

O general Humberto Delgado acaba de dirigir ao Presidente da República Portuguesa uma petição, na qual solicita a anulaçao das recentes eleições e a substituição do atual gabinete, presidido pelo sr. Oliveira Salazar. Delgado apresentou provas esmagadoras de que as referidas eleições foram fraudulentas.

Tudo indica que o gesto do candidato da oposição é algo mais que um simples protesto lírico e formal, e significa mais um passo na luta contra a ditadura. O general Delgado obteve, apesar das fraudes, cerca de um terço da votação total, num país dominado há quase trinta anos por um regime de opres-

são sistemática. Em torno de sua candidatura se uniram forças de tendências as mais diversas, que desejam a volta de Portugal a um regime constitucional e de liberdades democráticas. A realização das eleições está sendo seguida por uma onda de greves, apesar da repressão policial, a mais recente das quais, realizada por camponeses de Évora, conduziu a numerosos choques com a guarda republicana, com mortos e feridos. Tudo isso demonstra que a vitória fraudulenta do candidato oficial não representou, como queria Salazar, o fim da crise em que se debate o seu governo.

Prova da fraqueza do re-

gime salazarista é a série de crises que acabam de ser realizadas. Pôsto, abrangendo de uma série de personalidades, inclusive um filho do sr. Jaime Cortezão, conhecido escritor, e alto funcionário do governo português.

As eleições foram apenas uma etapa da luta, que continua. Acumulam-se os sinais de que está próximo o fim da ditadura.

RESTABELECIDADA DISCRIMINAÇAO RACIAL EM LITTLE ROCK

A justiça local do Estado norte-americano de Arkansas acaba de decidir a suspensão da integração racial nas escolas públicas de Little Rock. Os oito alunos negros que já haviam obtido matrícula na mesma, após os agitados acontecimentos que emocionaram o mundo há alguns meses, não poderão continuar a frequentá-la, a partir do início do novo ano letivo, que se dará dentro de um mês. Significa isso que os partidários da discriminação racial, com o governador Faubus e a organização terrorista Ku Klux Klan obtiveram uma vitória, apoiando-se em um magistrado reacionário, apesar das manifestações dos setores progressistas da opinião pública norte-americana e dos protestos da opinião pública internacional. Continua assim sem ser eliminada essa mancha tão vergonhosa para a nação norte-americana.

Crônica Internacional

Ameaçao de Agressão Atômica no Oriente Médio

O Secretário da Defesa do governo dos Estados Unidos, sr. Neil MacElroy, respondendo à pergunta de um jornalista, no Estado de Virgínia, declarou que as forças norte-americanas poderiam vir a empregar a bomba atômica no Líbano, caso os acontecimentos naquele país tornassem necessária uma intervenção armada. Poucos dias antes o sr. Foster Dulles, também em declaração pública, havia afirmado que os Estados Unidos consideravam como possível a hipótese de uma intervenção no Líbano, mesmo "fora dos quadros da ONU". Essas duas gravíssimas manifestações oficiais de dois membros do governo de Washington não foram desmentidas, apesar do veemente protesto formulado pela República Árabe Unida.

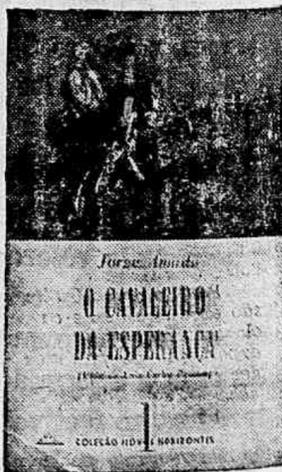
Estão assim as forças da paz, em todo o mundo, em face de uma situação de insuportável gravidade, semelhante, em muitos pontos, à situação existente nos dias que antecederam o ataque anglo-francês ao Egito. Desta vez, no entanto, a ameaça parte diretamente dos Estados Unidos, e a intenção de chegar até ao extremo da utilização da bomba atômica é proclamada abertamente. Impõe-se assim uma reação imediata da opinião pública mundial, e a mobilização urgente de todas as forças que não desejam ver a humanidade dizimada por uma hecatombe nuclear. A nova aventura imperialista no Oriente Médio deve ser barrada no nascedouro.

A evolução dos acontecimentos internos no Líbano está demonstrando cada dia com maior evidência, mesmo para os mais ingênuos, a falsidade das alegações do governo Chamoun e de seus patronos imperialistas, de que se trata de ingerência da República Árabe Unida nos assuntos internos do país. Os observadores enviados pela ONU, inclusive o próprio secretário-geral Hammarskjöld, a fim de inspecionar as fronteiras do Líbano com a Síria, constataram que a maior parte do país está em poder das forças sublevadas, que são forças internas genuinamente libanesas, dirigidas por deputados libaneses da oposição. Como seria então possível que a ONU enviasse alguns milhares de homens como "força de polícia", a fim de constituir um "cordão de isolamento" ao longo das fronteiras, segundo o insistente pedido do presidente Chamoun, se grande parte do território do país, inclusive as regiões vizinhas a essas fronteiras, não estão sob o controle do atual governo libanês? Parece que o próprio sr. Hammarskjöld manifestou "seu des-

contentamento com o governo libanês", segundo a Associated Press, em face dessa situação, que transformaria o envio de "tropas da ONU" em intervenção armada pura e simples, com todos os riscos decorrentes.

Outro fracasso total da propaganda imperialista foi a tentativa de apresentar os acontecimentos do Líbano como luta religiosa entre cristãos e muçulmanos. Como se sabe, metade da população do Líbano é constituída por árabes cristãos, que seguem o rito maronita. O presidente Chamoun é cristão, e estaria assim, segundo essa propaganda, lutando em defesa da "civilização cristã" contra o "pan-arabismo islâmico". No entanto é cada dia maior o número de dirigentes políticos cristãos que aderem aos rebeldes. Entre esses figuram dois representantes da República e quatro ex-ministros do exterior. E a pá de cal na manobra divisionista foi lançada quando o próprio Patriarca do Líbano, chefe da Igreja Maronita, manifestou publicamente sua oposição a Chamoun e sua solidariedade com a oposição.

As forças da paz, apesar da gravidade da crise presente, continuam sendo as mais poderosas no mundo de hoje, e poderão evitar que as provocações no Líbano se transformem em intervenção armada, em guerra no Oriente Médio, e ponham em risco a própria paz mundial. Ao povo libanês não está faltando a solidariedade dessas forças, inclusive dos governos dos países que constituem a "zona de paz". A República Árabe Unida está disposta a exigir uma reunião especial do Conselho de Segurança da ONU, a fim de apresentar queixa contra a ameaça do Secretário da Defesa dos Estados Unidos. A União Soviética, através comunicado divulgado a 25 do corrente pela Agência TASS, adverte energicamente não só o governo dos Estados Unidos, como o governo inglês e o de De Gaulle, contra qualquer intenção de intervir no Líbano com suas forças armadas. "Uma tentativa de intervenção armada somente poderia levar a uma agravamento da situação, cuja responsabilidade caberia a seus organizadores. No que concerne à URSS, já fez saber, por várias vezes, que deseja a paz nas regiões do Oriente Próximo e no Oriente Médio, situadas nas proximidades de suas fronteiras. Por isso, não pode permanecer indiferente aos preparativos de intervenção armada contra o Líbano, qualquer que seja o pretexto dado para tais preparativos". Palavras claras, que certamente farão os dirigentes imperialistas pensar duas vezes antes de tentarem prosseguir com seus planos agressivos.



PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO NACIONALISTA DIANTE DA ORIENTAÇÃO DO GOVÉRNO

A ANUNCIADA reforma ministerial se iniciou já com a substituição do sr. José Maria Alkmin pelo sr. Lucas Lopes no Ministério da Fazenda. Segundo informam de círculos chegados à presidência da República, este seria o primeiro passo para uma completa reforma ministerial, da qual ficariam excetuadas apenas as pastas militares. A «operação» se encerrou com a ocupação de uma pasta fundamental por um homem cuja atividade precedente exigiu justificada oposição do movimento nacionalista.

OS FATOS, entretanto, indicam que as coisas estão ainda longe de se passar como querem os entreguistas. Embora prevaleçam, por enquanto, fortes inclinações de sentido entreguista no plano geral da reforma ministerial, tornou-se patente que hoje é muito difícil ao governo e, em particular, ao presidente da República, decidir dos rumos do país sem levar em conta as reivindicações das forças nacionalistas. Estas se mobilizaram, com certo grau de atividade, para intervir no processo das modificações ministeriais e a sua influência neste processo pode se tornar muito maior, vindo a anular os planos dos setores vinculados ao imperialismo norte-americano, quaisquer que sejam as figuras agora destacadas para este ou aquele alto cargo da administração pública.

NA mobilização das forças nacionalistas, assinalaram-se algumas alas partidárias, especialmente a «ala moça» do P.S.D., a imprensa de orientação nacionalista e democrática, líderes estudantis e figuras de projeção em outras esferas. Fato digno de relevo é que a Frente Parlamentar Nacionalista vem atuando unida e coordenada, dando aos seus pronunciamentos um caráter combativo, que deixam clara a necessidade de não ser tolerado um retrocesso no sentido da liquidação de conquistas patrióticas como, por exemplo, o monopólio estatal do petróleo, a política de defesa dos preços do café, as medidas cambiais favoráveis à industrialização, a defesa do desenvolvimento das empresas básicas estatais, etc. No mesmo sentido se manifestaram já círculos econômicos importantes, sobretudo dos meios industriais.

A CONTECIMENTO merecedor de aplausos é a iniciativa de mais de cinquenta líderes sindicais de São Paulo, que dirigiram ao presidente da República um memorial, denunciando a articulação de forças reacionárias e entreguistas em torno da reforma ministerial e reclamando «o reforçamento de um ministério capaz de levar à prática uma política de defesa dos interesses nacionais, tão bem consubstanciados nas declarações nacionalistas de grande parte dos nossos parlamentares e de inúmeros Congressos e Conferências de trabalhadores».

COM a sua iniciativa, os líderes sindicais paulistas dão exemplo da justa posi-

ção, que deve ter a classe operária diante das questões políticas. Esta posição só pode ser de intervenção ativa no sentido dos interesses gerais da nação e dos interesses específicos dos trabalhadores. A classe operária não pode ficar alheia a um fato como a reforma ministerial e tem o direito de fazer ouvir a sua voz, evitando assim que decisões de suma gravidade sejam tomadas nos conciliábulos de cúpula, à revelia das massas. Não resta dúvida que o exemplo dos líderes sindicais paulistas precisa ser seguido e multiplicado, através das mais variadas formas. Desta maneira é que a classe operária desempenhará o papel que lhe cabe, como força mais conseqüente em crescimento no cenário nacional.

A MOBILIZAÇÃO nacionalista embora ainda longe de plenamente desenvolvida, já deu prova de sua significação. É fato que as denúncias sobre as atividades entreguistas do sr. Lucas Lopes à frente do BNDE não foram suficientes para impedir a sua nomeação. Mas é fato também que o sr. Lucas Lopes não ocupa o Ministério da Fazenda da maneira como desejariam os setores entreguistas. Diante das incisivas manifestações de grande parte da opinião pública, o novo Ministro teve de declarar que seguiria a política do seu antecessor, especialmente no que se refere ao café e ao câmbio. Não será fácil ao sr. Lucas Lopes fazer o contrário do que acaba de declarar. Pelo menos, deve contar com uma oposição decidida a modificações de caráter antinacional. Na questão do café, por exemplo, terá de considerar devidamente não só os poderes interesses acilima... te não só os poderosos interesses nacionais, que defendem a atual política, como também os graves compromissos do nosso país com os demais produtores latino-americanos, em particular com a Colômbia.

O FUNDAMENTAL é que as forças nacionalistas saibam elevar a sua vigilância, retomar a plena iniciativa e, confiantes nos seus recursos, sobretudo no apoio das grandes massas populares, lutar para impedir que as coisas ocorram de acordo com os planos entreguistas. Para atingir a plena iniciativa, as forças nacionalistas precisam de maior coordenação e da capacidade para dar às suas palavras-de-ordem indispensável ressonância de massas. Papel decisivo jogam aí os partidos e setores partidários nacionalistas, os sindicatos e as entidades estudantis. Os problemas da política nacionalista não podem deixar de ser tampouco no momento atual, o centro dos debates eleitorais.

O MOVIMENTO Nacionalista, uma vez mobilizado em toda a extensão de sua frente e utilizando todos os instrumentos da legalidade constitucional, é capaz de evitar um retrocesso na vida econômica e política da nação e criar as condições para novos passos à frente.

Comentário Político

O Discurso do Presidente e a Realidade Nacional

Durante a semana finda esteve na ordem do dia o discurso proferido pelo presidente da República sobre a posição do Brasil nos assuntos internacionais. Trata-se, em primeiro lugar, das nossas próprias relações com os Estados Unidos. Neste sentido, o sr. Juscelino Kubitschek fez uma série de constatações inteiramente justas, embora algumas vezes adornadas pela retórica. No entanto, o sr. Kubitschek foi obrigado a reconhecer que:

- só compartilhamos simbolicamente da direção de uma política (a internacional), e muitas vezes «não somos ouvidos nem consultados»;
- formamos (os latino-americanos em relação aos Estados Unidos) um «conjunto coral, uma retaguarda incoerente»;
- o subdesenvolvimento é a grande chaga do pan-americano;
- os povos da América Latina vivem em estado de miséria e de ausência do mínimo conforto.

E quando se espera que o chefe do governo brasileiro, tendo levantado a voz para ser ouvido em todo o Continente, vá propor medidas concretas e radicais para a solução de tão graves problemas, o que temos é o parto da montanha. O sr. Kubitschek continua a entregar a solução dos nossos problemas aos principais responsáveis pelo seu agravamento — os norte-americanos. Sugere que os Estados Unidos venham fazer investimentos, empréstimos e ajuda, que nos dê assistência técnica, ao lado da «proteção» dos preços dos nossos produtos básicos (no caso do Brasil, o café).

Os meios oficiais dos Estados Unidos — reconheço por exemplo, «O Estado de São Paulo» — reagiram negativamente à sugestão de empréstimos de governo a governo ou de ajuda tipo «plano Marshall». Por que sublinha uma correspondência de Washington, «é política da atual administração estimular aplicações de capitais particulares ao invés de dinheiros públicos». E «segundo a opinião oficial de Washington... a América Latina deve: 1. — permitir a entrada de capitais... e em particular o financiamento privado da exploração do petróleo; 2. — oferecer maiores garantias aos capitais aplicados; 3. — oferecer a perspectiva de um retorno de lucros razoáveis...; 4. — garantir o repatriamento de capitais e lucros» («O Estado de São Paulo», 22-VI-58).

Como vemos, a reação de Washington, ou melhor, de

Wall Street, é pelo prosseguimento da mesma política colonial dos EE. UU. em relação aos países da América Latina. A política de investimentos privados sem peias, de lucros máximos, de domínio das nossas principais fontes de riqueza, e, agora, sobretudo, da nossa indústria, cuja expansão inquieta aos monopólios norte-americanos.

Admitamos, porém, que o governo americano concedesse um grande empréstimo ao Brasil em dólares. A experiência do passado já demonstrou sobejamente que tais empréstimos são um paliativo e não uma solução. Os empréstimos a juros escorchantes, sob condições humilhantes, inclusive de caráter político, só fazem nos amarrar ainda mais ao imperialismo. Seriam, assim, um fator de agravamento da já difícil situação que atravessamos. Note-se que no mesmo instante em que o sr. Kubitschek fala em «ajuda» americana, de Washington sugerem a entrega do petróleo brasileiro como condição para essa «ajuda».

A conclusão lógica, portanto, só pode ser uma: nós mesmos é que temos de romper as amarras com os imperialistas lanques, os principais inimigos de nosso progresso. Não podemos implorar-lhes o direito de ter autonomia em nossa política — externa ou interna. Devemos fazer a política que interessa vitalmente ao nosso povo e que nos assegurará um futuro de nação próspera e independente.

O que os países latino-americanos têm conseguido ao seu desenvolvimento tem sido fruto de seu próprio esforço e somente na medida em que rompem as cadeias que os prendem aos banqueiros norte-americanos. Os Estados Unidos jamais fizeram outra coisa senão pilhar as nossas riquezas e entravar o nosso desenvolvimento. A eles só interessam matérias-primas baratas, mão de obra barata, o controle dos pontos chave de nossa vida econômica, através dos quais possam ditar a nossa política.

Além disso, a questão importante de nossas relações com os países socialistas ainda está colocada no discurso do presidente em termos de ameaça aos EE.UU. A verdade é que estas relações — normais para um país que tivesse uma política exterior independente — poderão ser um grande passo para a solução positiva de sérias dificuldades que atravessamos. E por que não seria este o primeiro passo, se queremos de fato deixar de ser a «retaguarda incoerente» dos imperialistas norte-americanos?

ALBUM DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Recebemos em nossa redação um exemplar do «Album de São José dos Campos». Trata-se de uma publicação contendo trabalhos sobre a história daquela cidade paulista, seus filhos ilustres, suas realizações atuais e noticiário de sua vida social. Agradecemos.

AJUDE
VOZ OPERÁRIA
FAZENDO UMA
assinatura!

VIDA ECONÔMICA

TEORIAS E FATOS SOBRE A INDÚSTRIA NACIONAL

A INDÚSTRIA brasileira se desenvolve, desde há muito tempo, enfrentando a propositada campanha de descrédito dos apologistas do antidesenvolvimento. Entre estes apologistas se destaca o celebrado e professoral economista Eugênio Gudin. As suas teses, insistentemente divulgadas, se resumem em afirmar que ao Brasil é desvantajoso construir sua própria indústria. O prof. Gudin considera a nossa indústria artificial, fruto exclusivo do protecionismo alfandegário, omitindo — o que não é admissível num doutrinador de economia política — que nenhum país se industrializou sem uma fase inicial de protecionismo. Isto se verificou mesmo com a Inglaterra, pioneira da revolução industrial, que se tornou a defensora clássica do livre-cambismo, no século passado, quando o seu parque fabril já se encontrava bastante desenvolvido para poder dominar a concorrência dos rivais. O protecionismo não está ausente tampouco da história econômica de grandes potências industriais como os Estados Unidos e a Alemanha.

Para o prof. Gudin os produtos de nossa indústria são excessivamente caros e impõem desnecessário sacrifício aos consumidores. Mais vantajoso seria dedicar-se à exportação de produtos primários e importar dos grandes centros da indústria mundial as manufaturas de que necessitamos. Assim, seria mais barato.

Está claro que a industrialização capitalista impõe grandes sacrifícios às massas populares, sobretudo aos trabalhadores e não lhes cabe abdicar do direito de lutar

contra a tendência constante da burguesia no sentido de transferir para os ombros do povo o peso das dificuldades. Mas as grandes massas do povo não podem ser, em hipótese alguma, a favor da permanência de um STATUS de atraso e de dependência econômica com relação ao estrangeiro. E o desenvolvimento progressista e indepen-

dente da economia nacional só é possível com a industrialização em bases verdadeiramente nacionais. O fato de que o processo da industrialização no Brasil seja amparado por medidas estatais de modo algum o torna artificial. O que se pode dizer, pelo contrário, é que essas medidas estatais são ainda muito insuficientes, cheias de falhas propositadas, que criam vantagens discriminatórias a favor do capital estrangeiro contra o capital nacional. Disto é exemplo a Instrução 113, fruto, como se sabe, da passagem do prof. Gudin pelo ministério da Fazenda.

A vida real tem se incumbido, entretanto, de desmentir os advogados do antidesenvolvimento. O Brasil foi capaz de construir um parque industrial, que não só abastece o mercado interno de quase todos os bens de consumo comum e de muitos bens de produção, como já demonstra possibilidades de concorrência no mercado internacional. É certo que a nossa exportação de manufaturas ainda dá os primeiros passos (se não levamos em conta uma conjuntura excepcional como a da guerra passada). Não é menos certo, porém, que se trata de uma tendência em afirmação e que precisa ser estimulada.

A exportação de manufaturas forneceu, em 1957, uma receita cambial de 14 milhões de dólares. O Brasil está CACEX calculam que, este ano, a exportação de manufaturas atingirá 40 milhões de dólares. O Brasil está vendendo no exterior produtos farmacêuticos, têxteis, bicicletas, máquinas de costura, máquinas para a produção de papel e papéis, artigos elétricos, relógios de pon-

to, produtos alimentícios, óleos combustíveis e aços especiais.

Fato digno de nota é a exportação de 10.000 máquinas de costura para uso doméstico destinadas principalmente aos Estados Unidos. Como, então, considerar artificial uma indústria que já consegue vender no mercado interno da maior potência industrial do nosso tempo?

Outro fato merecedor de destaque é que, pela primeira vez, o Brasil está exportando vinho. É o destino do vinho brasileiro, além da Argentina, é o do país que lidera a produção e o consumo daquela bebida no mundo: a França. O governo francês já autorizou a importação de 500.000 hectolitros de vinho brasileiro. É certo que para isto influi a conjuntura especial da guerra na Argélia, que fornece cerca de um terço dos vinhos consumidos na França. De qualquer modo, porém, não deixa de ser auspicioso que a produção vinícola brasileira já tenha se qualificado ao ponto de poder satisfazer as exigências do consumidor gaulês.

Tudo isto corrobora a justiça do protesto que os industriais de tecidos vêm fazendo contra a recente Instrução 157 da SUMOC, que fez baixar o dólar do tecido exportado de Cr\$ 103,00 para Cr\$ 92,00. Amparada em câmbio favorável, a exportação de tecidos rendeu, nos últimos 8 meses, mais de 6 milhões de dólares. O golpe recebido com a Instrução 157 não poderá deixar de ser, por isso, influência bastante negativa, menos ainda se justificando em face das dificuldades de escoamento da produção têxtil no mercado interno.

O Brasil deve aproveitar ao máximo as possibilidades de exportação de artigos industriais. Isto exige medidas adequadas no terreno do câmbio e também no que se refere à ampliação do mercado externo. Podemos vender as manufaturas brasileiras na América Latina, na Ásia e África, no mundo socialista. O importante é romper as barreiras políticas, que nos impedem de fazê-lo até agora. É também as barreiras ideológicas com a «doutrina Gudin».

O Partido Comunista Francês Define Sua Posição Frente a De Gaulle

- ☆ O complot contra a República atingiu seu primeiro objetivo
- ☆ O governo de De Gaulle — sério perigo para a classe operária, a democracia, a França
- ☆ Uma ditadura pessoal que abre caminho ao fascismo
- ☆ Em que forças sociais se apoia De Gaulle
- ☆ O complot degaullista — prova de fraqueza da burguesia

Numa reunião plenária do Comitê Central do Partido Comunista Francês, realizado em princípio deste mês, interveio o camarada Maurice Thorez, fazendo uma análise da atual situação do país ante a subida de De Gaulle ao Poder. Damos a seguir os principais trechos do discurso de Thorez.

A SITUAÇÃO de hoje se caracteriza pelo fato de que o complot contra a República atingiu seu primeiro objetivo: De Gaulle está no poder. Foi vibrado um sério golpe contra a classe operária e a democracia.

O governo de Gaulle não é, no fundo, um governo comum. A aparência de legalidade de que se envolve, o respeito exterior às formalidades pelas quais o parlamento lhe concedeu plenos poderes, certas manobras do chefe do governo no sentido de um compromisso com o que ele chama de «o sistema» e com as pessoas que constituem esse sistema — tudo isso não pode encobrir o fato fundamental. De Gaulle chega ao poder não à base da vontade livremente expressa da Assembleia Nacional, mas em consequência do golpe em Argel e em Ajaccio. O governo de Gaulle é substancialmente um governo ilegítimo, fruto da violência e das ameaças feitas pela reação.

Justamente por isso até o último momento seu chefe recusou-se a condenar os golpes. Pretende ser o árbitro entre a França e os sediciosos e precisamente isso — segundo suas palavras — impediu-lhe antecipar a decisão que lhe cabe tomar. Na realidade, porém, não é nenhum árbitro. Precisamente ele, foi a alma de todo o complot. Foram justamente sequazes seus que realizaram toda a operação. Desejando facilitar a chegada de De Gaulle ao poder, Vincent Auriol propôs-lhe que se dissolgesse do complot. Naturalmente, era o que menos se esperava. Como pode condenar uma sedição reacionária aquela que dela participa?

Após desembarcar-se do parlamento, De Gaulle dirigiu-se à Argel, e ali tudo se esclareceu. Todos o ouviram manifestar seus desejos de que o movimento nascido em Argel abrangesse toda a França. Declarou que seu propósito era tudo renovar, tudo modificar. Em poucas palavras, é seu propósito fazer na França o que foi feito em Argel, organizar aqui agitações sediciosas e negar soberania ao povo. Tenta cuidadosamente ocultar suas intenções, proclamando às vezes o nome da República, os fatos são obstinados e ninguém pode enganar-se a respeito.

Os rebeldes já não se satisfazem por haver criado em Argel e em Ajaccio órgãos de guerra civil, que usurpam e profanam o glorioso nome dos comitês de salvação pública. Proclamam, sem péso, sua intenção de criar esses comitês por toda a França, e o general Decourt em Lyon repete-lhes as palavras em seus insolentes discursos.

Os comitês de salvação pública — autênticos comitês da época dos jacobinos em 1793-1794 — conseguiram defender a França e a república contra a pressão das forças contra-revolucionárias. Hoje, cometendo-se verdadeiro sacrilégio, o mesmo nome é dado a órgãos que minam a República e agridem a classe operária, legítima herdeira das grandes tradições democráticas e nacionais dos jacobinos.

Mantendo em Argel os comitês de salvação pública, De Gaulle conserva e legaliza os órgãos da rebelião. Ali os comitês de salvação pública devem — sob a etiqueta da «fusão de aimas» — submeter pela força a população muçulmana e os elementos democráticos de origem européia, subjugar a todos por meio da violência pura e simples. E quando na França esses comitês levantam a cabeça, quando se fala de estendê-los por todo o país, ninguém pode alimentar ilusões a respeito do papel que lhes é destinado. E neste caso trata-se exatamente da vitória da violência. O 1º parágrafo do programa dos comitês de salvação pública é o de apagar todos os traços do sistema, isto é, da democracia. Desejam, segundo sua expressão, extinguir com todos os remanescentes. Declaram, em particular, seu propósito de conseguir a interdição do Partido Comunista, reconhecendo, assim, involuntariamente, o valor do Partido da classe operária, Partido que mantém inabalável sua fidelidade à luta pela paz e pela democracia.

As cortinas se levantam, apesar de De Gaulle, como todos os representantes dos movimentos fascistas, tentar recorrer à astúcia. É justamente desse termo que ele próprio se vale em suas obras, referindo-se às qualidades indispensáveis a um chefe.

Assim é que, por exemplo, manteve até o fim a ambigüidade relativamente à política que tencionava realizar em Argel. Após sua declaração à imprensa, e até mesmo no momento em que era investido de plenos poderes, seus partidários afirmavam que a solução de espírito liberal que dará ao problema a todos causará surpresa.

Na realidade — apesar de todas as tentativas da imprensa que lhe é simpática no sentido de encontrar quaisquer matizes — eles simplesmente propõem a solução de Soustelle-Lacoste ao declarar que na Argélia há 10 milhões de franceses e que a Argélia é para sempre francesa. Tornou impossível uma solução pacífica — qualquer que seja — do conflito. Assim, nessa questão, a respeito da qual tentou sempre as maiores ilusões, De Gaulle rapidamente se revelou tal como na realidade é, quer dizer, partidário da guerra até o fim. A Frente Nacional de Libertação, o governo da Tunísia e o de Marrocos já se manifestaram contra sua política.

Os propósitos de De Gaulle nas questões sociais constituem, exatamente da mesma forma, um segredo. Somente o fato de que tenha exigido para si o direito de modificar a legislação social a seu critério, por meio de simples decretos-lei, basta para explicar tudo. Criou-se uma ameaça direta ao direito de greve, à situação dos comitês e dos delegados nas empresas, e também a outras conquistas da classe operária. De Gaulle não quis que a formação dos órgãos locais seja excluí-



da da esfera de ação de seus amplos poderes. Basta considerar a sorte que coube aos conselhos municipais na Córsega para se ter uma idéia do «respeito» que lhe merece a autonomia administrativa.

Quanto à política exterior, lembramo-nos de que em certo momento De Gaulle pronunciou belos discursos sobre a independência nacional, a soberania da França, e sua liberdade de ação em relação aos Estados Unidos. Tudo isso, porém, o vento levou. O presidente Eisenhower e seu principal mandatário na Europa, Adenauer, não se enganam. As vaidosas afirmações feitas ontem por De Gaulle não os impedem de saudar sua ascensão ao poder e de manifestar-lhe calorosos votos de êxito.

Pode-se perceber, assim, que em todos os setores, apesar da demagogia e do não-premeditado caráter vago do programa, a verdade surge à superfície. O governo de Gaulle e sua política constituem sério perigo para a classe operária, para a democracia, para a França. Esse perigo é tanto maior porque, como se sabe, leis especiais, aprovadas — assim como a própria concessão de plenos poderes — sob a pressão de ameaças, deram ao general De Gaulle poderes extraordinários que equivalem a uma autêntica ditadura. Todo o arsenal do Estado acha-se à sua disposição.

Nessas horas de tensão a classe operária lutou bem. Graças à ação das massas, que se puseram em movimento logo que nosso Partido deu o sinal de alarma, graças à tática justa do Partido Comunista, o intento da reação não se realizou integralmente. Dentro do prazo e nas formas por nós previstas as massas foram mobilizadas. Nossas forças não foram atingidas: ao contrário, até mesmo aumentaram. Apesar disso, De Gaulle está no poder. Os trabalhadores e os democratas não conseguiram barrar-lhe o caminho. Surgiu uma crise de regime e ele criou um governo de ditadura pessoal que abre caminho ao fascismo. Esse é o primeiro aspecto da situação e não se pode subestimar sua gravidade.

EM QUE FORÇAS SOCIAIS DE GAULLE SE APOIA?

De Gaulle não se firma apenas em todo o aparelho do Estado. Apoiam-no, também certas forças sociais, — as camadas da burguesia mais colonialistas, mais chovinistas e mais reacionárias. Já em certa época os elementos mais reacionários uniram-se na chamada União do Povo Francês (Rassemblement Du Peuple Français), criada por De Gaulle e anulada pelo voto universal. Desprezados pelo povo, esses elementos apoderaram-se agora do poder pela força. Seu chefe, ao contrário do que afirma, de modo algum se acha acima das classes. Apoiam-no os elementos de sua própria classe: a grande burguesia.

Sustentam-no os grandes bancos; por exemplo, o banco «Union Parisien», o banco dos irmãos Lazar, o banco Rothschild, os quais não quis nacionalizar após a libertação. São justamente essas instituições financeiras que controlam os recursos fundamentais da África do Norte. É todo um programa o simples fato de o diretor geral do banco Rothschild haver sido indicado como chefe de chancelaria do novo presidente do conselho de ministros. O ministro do exterior é muito chegado ao banco Mirabeau. No Ministério da Economia o grande capital é representado por um homem de confiança, Antoine Pinay. De Gaulle está no poder para servir aos grandes industriais, interessados em pilhar as riquezas da Argélia, do gênero do truste «Usinor», que fornece 15 por cento de toda a produção francesa de aço e que possui minas em Cuins.

De Gaulle representa os interesses dos grandes fazendeiros

colonialistas que financiam o movimento dos rebeldes. Prova disso é o fato de que a transação empreendida por Soustelle & Cia. foi por eles financiada à razão de 1000 francos por hectare.

Sob a pressão da classe operária e de outras forças democráticas, é possível que apreciável parte da burguesia francesa considere útil, como tem acontecido, confiar sua defesa à espada, supondo que sempre poderá comandar a mão que a maneja.

Certas camadas da pequena burguesia urbana às vezes integram-se na corrente chovinista. Ao contrário, o camponês trabalhador de forma alguma alimenta entusiasmo em relação à ditadura militar, em relação a um poder que trava uma guerra.

A intelectualidade odeia no fascismo a negação, por este, do humanismo e da inteligência.

Foi feita uma tentativa demagógica de atrair os veteranos de guerra. Ainda não se esqueceu o papel que os dirigentes nacionalistas das organizações dos veteranos representaram nos acontecimentos de 6 de fevereiro de 1934 e no apoio a Pétain. Depois que participaram nos entendimentos com Hitler, os veteranos não podem permitir que pela segunda vez sejam apanhados no mesmo alcapão. Sabem que a defesa de seus direitos é inseparável da defesa da República.

De Gaulle não personifica um compromisso ou uma conciliação entre as classes. De maneira idêntica a todos os governos reacionários, seu governo defende os interesses da grande burguesia. O fato de que o instrumento de seu poder seja o exército revela uma vez mais a ligação entre a política de guerra e a política da reação e do fascismo, porque se alimentam mutuamente. A política imperialista sempre significa, como demonstrou Lênin, a reação em todas as frentes dentro do país. Essa verdade se torna particularmente evidente quando a política imperialista expressa-se na guerra colonial. Os acontecimentos atuais confirmam uma vez mais a justiça das palavras de Marx e de Engels de que «não pode ser livre o povo que oprime outros povos». Confirmam também o pensamento de Guesde de que a guerra colonial é a escola de guerra civil. Em nossos dias a guerra na Argélia faz surgir os Massus, assim como no passado engendrou os Cavaignac e os Saint-arnaud.

É claro que não nos esquecemos de que no exército não há só rebeldes. No exército há, além disso, filhos da classe operária, filhos do campesinato trabalhador e de outras camadas de trabalhadores. Em seus corações vive indestrutível amor ao povo e à democracia. No exército ainda há oficiais fiéis à república.

Essas são as condições em que De Gaulle chega ao poder

POR QUE O COMPLÔ LOGROU ÊXITO? COMO O VENCEREMOS

Essa é a base social de sua ditadura. O complot degaullista não é prova da força e sim da fraqueza da burguesia. Recordando ao poder pessoal e à ditadura, a burguesia admite sua incapacidade de continuar a garantir sua dominação por meio dos métodos tradicionais. Confessa sua incapacidade de resolver os problemas que se lhe apresentam, reconhece sua profunda decadência.

Assistimos à queda total de todos os valores sobre os quais outrora a burguesia apoiava seu prestígio. Por outro lado, o êxito da conspiração não teria sido possível se não fosse a fraqueza relativa, a dispersão dos trabalhadores e das forças democráticas, provocada pelo anticomunismo. Não é por acaso que justamente De Gaulle, mais do que qualquer outro, contribuiu para despertar o sentimento anticomunista. Todos se lembram de como ele encetou essa campanha de cisão há 12 anos, depois que deixou o poder porque não se decidiu a governar o país sob o controle dos eleitos do povo e com ministros que não fossem simples fantoches. Aliás, não foi depois da visita a Colombey-les-deux-Églises que Ramadier — em 1947 presidente do Conselho de Ministros — obrigou os ministros comunistas a se afastarem do governo?

Todos os democratas compreendem hoje quem lucra com o ostracismo em relação aos representantes de seis milhões de franceses e de francesas, as consequências de todas as manobras anticomunistas que se seguiram uma após outra, desde a criação da chamada «terceira força» até a famigerada «frente republicana de 2 de janeiro de 1956», na qual ingressaram — não devemos esquecê-lo — os degaullistas Soustelle e Chaban-Delmas.

Segundo declara a revista inglesa «The Economist», os partidos que se uniram nessa frente republicana «não puderam diminuir no país o número dos eleitores que votam pelos comunistas. Não puderam também aceitar o apoio dos comunistas para conseguir reformas que consolidassem a República no último instante, afim de salvá-la. Ao se comportarem, durante 10 anos, como se os comunistas não existissem, os partidos republicanos simplesmente privaram um quarto da população do direito de opinar. Até o último momento os políticos representantes do grande capital especularam com as customeiras vacilações da pequena burguesia, insinuando que a ameaça pode partir dos operários e dos comunistas. Seu objetivo era simples — desviar a atenção da conspiração fascista e encobrir o complot contra a liberdade.

Quanto aos ideólogos da pequena burguesia, alguns deles — no momento mais intenso da crise política — apresentavam todo gênero de argumentos para dissimular sua covardia. A princípio tentaram culpar a classe operária por sua própria passividade, diziam que os operários estavam «apáticos» e que não reagiam». Essa censura se torna curiosa nos lábios de políticos que aprovaram todas as medidas contra a classe operária com a finalidade de impedir que esta agisse, e que aplaudiram a cisão das forças de esquerda. Um pouco depois — quando todos presenciavam as poderosas ações da classe operária — esses mesmos indivíduos exclamavam: «Já é tarde demais» ou «ainda não chegou o momento». A primeira de junho falavam de perigo, denunciando uma imaginária tendência a forças as ações, e falavam mesmo de patch, num momento em que simplesmente se realizavam manifestações em defesa da República.

(Conclui na décima página)

Uma Ação Positiva Das Forças Nacionalistas

A. GUEDES

A luta entre as forças interessadas no desenvolvimento do país e os grupos entreguistas é uma constante da situação política atual do Brasil. Trata-se de uma luta que tende a prolongar ainda por algum tempo. Como em todo embate desse tipo, teremos sempre, no curso do seu desenvolvimento, períodos de calma e momentos de tensão. Nos momentos de tensão, as forças em choque adquirem contornos mais definidos, e o que é mais importante, ampliam ou restringem suas fileiras. Não há dúvida que historicamente as possibilidades de avanço são das forças nacionalistas. Mas tais possibilidades só se tornarão em algo real pela ação consciente das forças sociais de vanguarda. Daí a necessidade de destacar, do conjunto da ação política concreta, aquilo que é positivo e que representa, muitas vezes, o ponto de partida para uma direção política acertada, ou que, pelo menos, constitui um importante elemento de uma tal direção.

A situação atual, condicionada pelas dificuldades financeiras do país e pela pressão dos imperialistas norte-americanos para quebrar a resistência nacional aos seus planos de escravização, deu lugar a um novo período de tensão. Não sabemos se este período terminará com a recomposição ministerial em curso. É difícil, por isso, dizer quem saiu ou será fortalecido do atual choque, se os grupos entreguistas ou o movimento nacionalista.

Nosso objetivo aqui é destacar principalmente o que surgiu de novo e positivo na ação do movimento nacionalista.

Parece que o fato mais positivo dessa ação foi o caráter da atividade desempenhada pelos nacionalistas em face aos últimos acontecimentos. A pressão nacionalista, exigindo soluções favoráveis ao desenvolvimento independente do país, soluções de resistência ao imperialismo, foi realizada fora e dentro do aparelho de Estado. Não se limitaram os nacionalistas a analisar esse ou aquele fato, como em outras ocasiões. E mais ainda, procuraram, embora em pequena escala, co-

ordenar suas forças, suas ações tinham caráter convergente, ajudaram a esclarecer amplos setores populares sobre o sentido real das questões palpitantes do momento. Foi esse o sentido da ação da Frente Parlamentar Nacionalista da "Ala Moça" do PSD, das organizações estudantis, da imprensa democrática e nacionalista, dos líderes sindicais, do ISEB, etc..

Queremos citar, como um exemplo típico dessa ação, o memorial dos líderes sindicais de São Paulo ao Sr. Juscelino Kubitschek. Há um trecho do memorial que reflete bem o caráter da intervenção das forças nacionalistas nos últimos acontecimentos. Afirma-se ali:

"Ao dirigirmo-nos a Vossa Excelência, na qualidade de interpretes da vontade dos trabalhadores, coerentes com os princípios que juntos defendemos no curso da árdua e memorável luta pela eleição e posse de Vossa Excelência, ressaltamos que é inadmissível a recomposição do ministério com a inclusão de homens que representam a frustração da marcha da política de emancipação econômica nacional a que se propôs o governo de Vossa Excelência."

E sob a pressão das forças do movimento nacionalista que os novos ministros ocuparão os seus cargos. Certamente alguns deles são nomeados por imposição dos setores entreguistas. Mas isso não é o bastante para que mudem os rumos da política governamental, no sentido de liquidar os elementos nacionalistas que ela encerra e fazer preponderar e vencer o seu lado entreguista e reacionário.

Os últimos acontecimentos não levam à dedução de que uma das forças em choque já esteja em condições de impor uma decisão definitiva, isto é, empolgar o governo e imprimir sua fisionomia à política interna e externa do país. A atual instabilidade do governo — responsável pelos seus constantes vales-venas — prolongar-se-á ainda por algum tempo, até

que uma das forças em pugna imponha uma decisão que lhe seja favorável.

O movimento nacionalista dispõe dos fatores essenciais para impôr essa decisão, batendo os elementos entreguistas e reacionários. Já existem as premissas políticas essenciais para a formação de um governo nacionalista no Brasil. Mas é necessário vencer grandes e fortes obstáculos que se opõem a isso. Um dos primeiros passos a ser dado nesse sentido é terminar com a dispersão política e organizativa nas fileiras do movimento nacionalista. As forças nacionalistas, dispersas por vários partidos e organizações, não atingiram um grau de consciência e unidade de vistas que possibilite sua unificação no plano programático ou organizativo.

Deve haver um esforço permanente no sentido de coordenar as ações, em plano local e nacional, das diferentes correntes nacionalistas. Não se trata de impor formas rígidas de organização, o que seria impossível e estancaria o movimento, mas de elaborar idéias claras, ter soluções concretas para enfrentar as grandes e as pequenas questões da luta antiimperialista, e, nessa base, ir estruturando a frente única em bases sólidas. Uma medida que impulsionaria esse esforço organizativo seria talvez a realização de reuniões de contato, em que seriam debatidos problemas do movimento nacionalista e estabelecidas as respectivas soluções.

Vencida a dispersão de suas forças, o movimento nacionalista crescerá rapidamente. Os comunistas, que já tem elaborado alguns pontos de vista sobre o movimento nacionalista, precisam colocar toda a sua experiência política a serviço da organização do movimento nacionalista. Esta é a linha mestra que deve orientar nossa atividade no decorrer da atual campanha eleitoral.

Reações do Mundo Político Ante As Falácias da Operação Entreguista

Paulo MOTTA LIMA

veis dos malogros da política do Departamento de Estado na América Latina. Assim, premiados pela pressão interna, os srs. Eisenhower e Dulles, dentro de certas limitações, inclinaram-se a conceder alguma coisa ao Brasil e demais países subdesenvolvidos. Também se admite em círculos do IPE que a "operação Kubitschek" constitui uma manobra diversionista dos próprios dirigentes norte-americanos, cabendo então a JK, nessa hipótese, o papel de verdadeiro farsante. Um pouco forte, esse julgamento, "ma be-be-ne-trovato", como perversidade oposicionista.

Entretanto, vemos pela primeira vez, depois de indicado para ocupar um posto de ministro, um homem vir a público e afirmar: "Não sou entreguista". Esta é a alegação do sr. Lucas Lopes, estampada em manchete pelo vespertino "Última Hora". A mesma coisa quer dizer: não sou traidor da pátria. E com essa alegação em causa própria, com essa credencial passada pelo próprio credenciado, entra o sr. Lucas Lopes no ministério da Fazenda. Um belo começo, não há dúvida.

"Não sou entreguista!" — brada o sr. Lucas Lopes. E o seu protesto roda célere nos cilindros da rotativa da "Última Hora", no Rio e em São Paulo, para correr mundo, através das traduções telegráficas, em português, em inglês, em espanhol, em todas as línguas faladas ou estropiadas nas Américas do norte, do centro e do sul.

Gritasse alguém: "É entreguista, sim senhor!" — e teríamos então uma atrevida troca de afirmações que dificilmente poderia levar a um resultado claro.

Pois não é bom nos atarmos aos fatos, deixando em segundo plano as palavras, as declarações e contra-declarações. É impossível encobrir a posição do sr. Lucas Lopes, tão notória, tão conhecida. Também não se pode passar uma esponja em sua administração à frente do Banco Nacional de Desenvolvimento, satélite da política americana em nosso país. E quem não reconhece no sr. Lucas Lopes o irmão siamez do sr. Roberto Campos? Como no "volley ball", esses dois cavalheiros fazem política jogando em dupla. Um levanta e o outro corta. O sr. Lucas Lopes não temo da palavra muito desenvolvido. Além disso é cauteloso e comedido nas manifestações. Procura assim encobrir seus atos, pautados sempre segundo uma direttriz funesta ao progresso econômico do Brasil. Mas "o outro", o segundo componente da dupla Cosme-Damião, é às vezes quase extrovertido. Tendo cursado o Seminário de onde saiu quase padre, ostentando a fama de humanista, ledor de textos oratórios em latim e grego, ex-aluno da Universidade de Columbia, "master of arts" em economia da Universidade George Washington, ministro do Itamarati, tendo a experiência de uma série de reuniões internacionais onde atuou, arcando com uma parcela de responsabilidade ante a longa história de concessões a Wall Street, que é a história desse governo brasileiro, o sr. Roberto Campos empavona-se excessivamente com os seus títulos. É vaidoso. Gosta de tripudiar sobre adversários fracos, depois de confu-

di-los através de frases enroladas e de citações de luminárias das ciências e das inelutabilidades. É penetrante. Sustenta teorias que podem impressionar certas pessoas, inclusive o novel e dinâmico estatista do Catete, das Laranjeiras e do Palácio Alvorada. Afirma ser do interesse dos Estados Unidos ajudar o Brasil e países do tipo do nosso, em benefício da própria estabilidade do capitalismo. Diferente, segundo o sr. Roberto Campos, é a posição da União Soviética. Esta, só esporadicamente poderia interessar-se pelas relações com o Brasil. Nessas teorias não deixa o superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento de aplicar o molho da geografia política.

Certa vez o parceiro do sr. Lucas Lopes sustentava essa mesma doutrina em conferência realizada na Universidade Católica. Um estudante, contraditando-o, citou o exemplo da ajuda soviética à China e o sr. Roberto Campos, jesuíticamente, observou: "Bem, isto agora já é assunto para outra conferência". E despidou.

Em conferência pronunciada no Fórum Roberto Simonsen, instituição patrocinada pela Federação das Indústrias de São Paulo, o irmão siamez do sr. Lucas Lopes tratou das "Três falácias do momento brasileiro". Uma dessas três falácias da conferência de título pernóstico é o "nacionalismo temperamental", que o sr. Roberto Campos combate com veemência. Nessa conferência, preocupado em assegurar no Brasil "a cooperação do capital estrangeiro", observa que se a del-

atual opõe dificuldades a isso, devemos estudar "urgentemente uma interpretação legal que permita tornar o sistema suficientemente atraente para permitir a participação supletiva de capitais estrangeiros". Tratando na mesma ocasião do petróleo, começa manifestando "hesitação" ao abordar o tema, temendo o "monólogo acusatório" da "variedade de nacionalista que se convencionou denominar de tupiniquim" e o dilema segundo o qual uns são patriotas e outros são entreguistas e corruptos... Daí investe contra o monopólio estatal, para aconselhar "uma solução híbrida". Segundo o sr. Roberto Campos há "riscos, vários e graves, inerentes a uma solução puramente governamental e monopolística do problema". Nessa conferência procura justificar a atitude dos trustes estrangeiros que antes afirmavam não haver petróleo no Brasil e que hoje pretendem explorá-lo. Uma das razões invocadas pelo conferencista para mascarar os atuais intúitos dos trustes estrangeiros em relação ao nosso petróleo chega a ser cômica. Diz-lhe que, entre outros motivos, há um que autoriza "o legítimo interesse da empresa estrangeira em investir no Brasil". Este motivo é "imponderável" e "um certo grau de orgulho capitalista, que se nota existir na empresa estrangeira, e que a levaria a investir no Brasil ou em outros países subdesenvolvidos como a demonstração de eficiência da empresa privada e como expressão mesmo do seu instinto de autopreservação".

E assim reagem, ante as "falácias" da "Operação Entreguista, os grupos políticos representados na Câmara, enquanto Mister Hawthorne Arey, em nome do Banco de Importação e Exportação, negocia um empréstimo, servindo-se da oportunidade para realisar pressões e influir nas modificações que estão sendo feitas na composição ministerial.



Delegadas que assistiram ao IV Congresso da Federação Internacional das Mulheres Democráticas, realizado em Viena, visitam Moscou. Na foto — as visitantes na Praça Vermelha (FOTO TASS)

Como reagem na Câmara os representantes dos diversos grupos políticos diante da reforma ministerial e dos fatos de repercussão externa que acompanham a já famosa "operação Kubitschek"?

Devemos procurar saber, antes de tudo, o que pensam os homens da Frente Parlamentar Nacionalista. Com efeito, nessa emergência, a Frente Parlamentar é o único agrupamento a apresentar sobre o assunto um ponto de vista coletivo. Sabe-se que esse ponto de vista surgiu em consequência de consultas feitas entre si pelos deputados nacionalistas.

Acham os nacionalistas, como aliás já foi dito em discurso do sr. Adahyl Barreto, que ao presidente da República não se deve negar o direito de escolher ministros. Que fazer, porém, diante da substituição do sr. José Maria Alkmin por um entreguista notório? É pensamento geral, na Frente Parlamentar Nacionalista, que as forças interessadas no desenvolvimento econômico do país devem realizar, por todos os meios, gestões junto ao sr. Juscelino Kubitschek no sentido de que seu governo não enverede de olhos fechados pelo caminho das perigosas concessões aos americanos. Ao mesmo tempo, os nacionalistas da Câmara colocam-se de sobreaviso, passando a observar com a maior vigilância, o desenvolvimento da situação. Conforme se processarem as coisas, julgam que será mais convincente, em face de fatos, fazer ver ao chefe do governo que não é possível, a esta altura, realizar-se uma política oposta aos altos interesses nacionais. Também se batem os membros da frente parlamentar pelos seguintes pontos concretos: política de valorização do café; proteção à indústria nacional; comércio livre para a remessa de lucros (através do fiel cumprimento da lei já existente, cujo desrespeito não será tolerado).

No PSD, ou melhor, na "Ala Velha" do PSD, não são formuladas opiniões uniformes a respeito da reforma ministerial e das possibilidades encerradas no bojo dessa reforma. Entre muitas opiniões pessoais, nota-se uma tendência para ver na substituição do sr. Alkmin pelo sr. Lucas Lopes, antes de mais nada, uma substituição de nomes. A saída de um ministro que em muitos casos não atendeu a reivindicações de campanha e ao pagamento de verbas de importância eleitoral e a substituição desse ministro por outro que poderá ser mais atencioso. Há também os que veem na pessoa do ministro que sai o responsável pelas dificuldades financeiras do país e por todos os reflexos dessas dificuldades, traduzidos em poucas conveniências.

Na UDN, mais acentuada variedade de reações, de ala para ala, de grupo para grupo, de homem para homem. Problema intrincado para os udenistas, no momento em que a reforma ministerial pode traduzir-se em ofertas de pastas. Contudo, é preponderante o número dos que se mostram céticos a respeito da possibilidade, para o sr. Juscelino Kubitschek, de resolver problemas domésticos do governo e de brilhar, ao mesmo tempo, na constelação ocidental e cristã deste pedaço do mundo, como fabricante de uma doutrina.

Ceticismo ainda mais profundo é o dos homens do PL. Pessoas chegadas ao sr. Otávio Mangabeira colocam o ex-ministro do Exterior entre os mais inclinados a descrenças nos êxitos da "operação Kubitschek", provável tentativa de extrair resultados das dificuldades que afligem os srs. Eisenhower e Foster Dulles, cujos adversários da política norte-americana os acusam como responsá-

GANHA AMPLAS PROPORÇÕES A CAMPANHA POR AUMENTO DE SALÁRIOS

NECESSIDADE IMPERIOSA ANTE A ELEVAÇÃO DOS PREÇOS
NOVA ORIENTAÇÃO NA CAMPANHA DOS METALÚRGICOS
LUTAM OS BANCÁRIOS, OS ALFAIATES, OS TRABALHADORES DA LIGHT E DA INDÚSTRIA DO CALÇADO
INDISPENSÁVEL A REVISÃO DOS NÍVEIS DE SALÁRIO MÍNIMO
Reportagem de ROBERTO MORENA

Estão em pleno desenvolvimento as campanhas de aumento de salário. As organizações sindicais dedicam grande parte de sua atividade à orientação e organização dessa luta. O que preocupa e agita os trabalhadores é a necessidade imperiosa de conseguir mais dinheiro, para que possam fazer face à elevação do custo de vida.

Num tópico, o «Diário de Notícias» do dia 22 do corrente mês afirma, baseado em dados modestos, que o aumento do custo de vida elevou-se desde 1953 a 69,7%. Os salários só são aumentados em pequenas proporções para equilibrar a constante elevação dos gastos com as necessidades da subsistência.

Antes mesmo de se conceder aumentos já se tornou um hábito, uma norma, consagrada pelos poderes públicos, a elevação de preços das mercadorias e dos serviços públicos. Assim, antes dos aumentos concedidos, já são absorvidos de ante-mão pelas novas e constantes elevações nos preços dos artigos de consumo e nos serviços. Citamos um exemplo: os empregados da Cia. Telefônica Brasileira (do



Uma cena da campanha salarial dos metalúrgicos, durante uma assembleia, quando falava em uma assembleia

grupo) conseguiram um aumento de 20% a partir de 10 de maio do corrente ano, mas sujeito a revisão de tarifas dos serviços telefônicos. Para isso a Prefeitura do Distrito Federal se utiliza do decreto municipal n.º 41.444 que lhe facultava esse absurdo direito. A partir do próximo dia 27 de junho as assinaturas de telefone residencial, primeiro de rede geral, passarão de Cr\$ 150,00 a Cr\$ 180,00. Telefones de profissionais de Cr\$ 105,00 a Cr\$ 127,00 até 180 chamadas e os excedentes 80 centavos cada ligação, e os de responsabilidades do governo sem limites de chamadas de Cr\$ 165,00 a Cr\$ 198,00, etc. Somando esses aumentos nas milhares de instalações telefônicas do Rio, se poderia avaliar quanto a Companhia Telefônica Brasileira vai ganhar e, ainda por cima, a responsabilidade é atribuída ao aumento aos seus empregados! Também serão aumentadas as passagens dos bondes ou se fará uma manobra contábil para que o aumento recaia no preço do kilowatt-hora de luz e energia elétrica, como já foi alterado o do metro cúbico de gás. Esses aumentos são visíveis e rapidamente sentidos. Outros são geralmente menos perceptíveis, em mercadorias que não são adquiridas diariamente.

Há outros aumentos nos artigos de consumo popular que nem estão baseados na elevação do custo da mão de obra, como o leite que vai a 14 cruzeiros o litro. E para resistir à essa contínua ofensiva alista que os trabalhadores reclamam melhores salários. A elevação pleiteada não chega de modo algum para melhorar seu padrão de vida, porque os aumentos a serem conquistados já estão, de antemão, neutralizados pela elevação dos preços.

NOVA ORIENTAÇÃO NA CAMPANHA SALARIAL DOS METALÚRGICOS

O acordo entre empregados e empregadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e material elétrico termina em 26 de julho próximo. Antes de expirar esse prazo o sindicato dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e material elétrico enviou uma comunicação aos sindicatos de empregados propondo-lhes uma reunião para o exame da tabela de salários em vigor. Depois de uma troca de ofícios, se efetuaram as reuniões preliminares. O sindicato dos trabalhadores não apresentou, ainda, nenhuma nova tabela.

Desses entendimentos preliminares, ficou patente a possibilidade dos industriais artarem com o aumento, tendo mesmo o mais importante sindicato patronal, o da indústria mecânica e de material elétrico, que representa 2/3 de todo o ramo industrial metalúrgico, declarado estar

OS BANCÁRIOS NAS PRELIMINARES E INTENSA PREPARAÇÃO

As campanhas salariais dos bancários têm sido bem preparadas e, nos últimos anos, vão adquirindo um caráter nacional. Sucedem os congressos que realizam.

Neste ano os bancários dispõem já de um organismo sindical nacional, em formação: a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito. O acordo fundamental, o que se faz no Rio de Janeiro, expira no dia 5 de setembro próximo. Os dos Estados variam dessa data até 30 dias após.

Os bancários dispõem de mais de setenta sindicatos e cinco federações. Além disso, os bancários têm uma rede de comissões e delegados sindicais nos Bancos e suas agências. O aumento se processa através dessa importante, flexível e eficaz rede sindical.

Tudo esse aparelho, com seus órgãos técnicos, está procurando a estudos do custo de vida, suas oscilações, o valor real dos salários, a situação dos Bancos e os índices de vida de cada região. Além da tendência, que se vai arraigando, de se fazer acordo nacional, há os de caráter regional, que se processam em cada Estado, entre as entidades sindicais de bancários e banqueiros.

Os bancários apresentarão, assim, bases seguras para a campanha salarial, que será acrescida pela luta dos salários profissionais e familiar e a abolição do trabalho aos sábados.

LUTA ÁRDUA SERÁ A DOS ALFAIATES

Numa assembleia realizada em 28 de abril passado, a direção do sindicato fez um exame do cumprimento do último acordo salarial e elego uma comissão de salário, composta de cinco membros, que, conjuntamente com a Diretoria do sindicato, iniciou os estudos da situação econômica e dos salários.

Trabalham nesse ramo industrial cerca de 30.000 pessoas, sendo quase 80% mulheres da categoria da confecção. Setenta por cento percebem o salário-mínimo atual.

Os primeiros contatos com os empregadores e sua entidade sindical resultou numa negativa de atender aos trabalhadores, sob a alegação de que a situação da indústria não comporta o aumento pedido, que é de 40% nos salários do último acordo. Entretanto a comissão de salário contratou os serviços de técnicos economistas que estão procedendo a levantamento dos lucros das empresas. Verifica-se, pelos balanços folheados, que variam entre 16% a 20% sobre o capital investido. Basta citar o exemplo do estabelecimento Sparta, que, de um movimento de 32 milhões de cruzeiros, obteve um lucro líquido de 10 milhões.

Há também uma disparidade entre as estatísticas oficiais do custo de vida. O SEPT dá um aumento de 10,2% de junho de 1957 a abril de 1958 e a Fundação Getúlio Vargas, 13,27% de junho de 1957 a março de 1958. Baseia a comissão seus estudos numa base real, principalmente os estudos ser formulada uma proposta.

O importante nessa campanha salarial é que o sindicato não apresenta uma tabela preliminarmente, mas empregados e empregadores examinam o problema salarial para após os estudos ser formulada uma proposta.

A luta será árdua dada a sistemática negativa dos empregadores, que sempre alegam prejuízos, mas que, pagando o salário-mínimo a mais de 70% dos seus empregados, o têm grandes lucros.

OS TRABALHADORES DA LIGHT

Está para ser decidido o pedido de aumento dos empregados.



Bancários cariocas em uma grande assembleia, durante a última campanha salarial

dos nos carris urbanos e nos serviços telefônicos. Os da energia elétrica e do gás já o obtiveram.

Já se tornou uma praxe, que a cada assunto dos empregados dos serviços públicos corresponde uma elevação nos preços desses serviços. A chamada cláusula da «insuficiência econômica» que as empresas alegavam para não pagar e nem conceder aumentos, foi substituída por uma nova modalidade: autoriza-se, ou mesmo, propugnam-se aumentos nas mercadorias ou serviços públicos, para pagar a elevação dos salários. A Cia. Light, com esse sistema como para ela, não se preocupa com os aumentos dos seus empregados. E, o que tem sido mais grave, é que aumentam as tarifas, mas não cumprem os acordos salariais.

O último acordo dos trabalhadores de carris urbanos foi firmado em 22 de fevereiro de 1957, com um aumento de 30% e adicionais por tempo de serviço: acordo de 17 de fevereiro de 1956. Atualmente o condutor ganha de 26,50 e até 36,20 por hora, sendo que este último é quando tem mais de 25 anos de trabalho; motorista, de 28,50 até 38,20, também este último salário quando o seu tempo de trabalho vai além dos 25 anos; fiscal de 28,70 até 32,20, com as mesmas características; as demais categorias ganham menos.

As telefonistas ganham salário-mínimo, mesmo que tenham vários anos de serviço. E o pior é que quando trabalham de noite percebem um pequeno adicional de 10 cruzeiros, o que é uma barba no sistema de trabalho noturno. Há profissionais como cablistas, técnicos de estação e subestações, que percebem, em média 4.500 cruzeiros.

Para esse serviço o aumento já foi decretado. E, na cobrança dessa majoração, a Light é inexorável. Para os empregados da Cia., necessita homologação, estudo para pagamento dos atrasados, etc. Estão marcadas assembleias para os dias 26 e 27 do mês corrente, nas quais se tomarão medidas decisivas.

Os industriais de calçados são recalcitrantes em negar os aumentos. Ganham imensos lucros, pagando mão de obra barata. Depois do último acordo, que termina no dia 29 deste mês, onde os tra-

zados, o que é uma barba no sistema de trabalho noturno. Há profissionais como cablistas, técnicos de estação e subestações, que percebem, em média 4.500 cruzeiros.

Para esse serviço o aumento já foi decretado. E, na cobrança dessa majoração, a Light é inexorável. Para os empregados da Cia., necessita homologação, estudo para pagamento dos atrasados, etc. Estão marcadas assembleias para os dias 26 e 27 do mês corrente, nas quais se tomarão medidas decisivas.

Os industriais de calçados são recalcitrantes em negar os aumentos. Ganham imensos lucros, pagando mão de obra barata. Depois do último acordo, que termina no dia 29 deste mês, onde os tra-



zados, o que é uma barba no sistema de trabalho noturno. Há profissionais como cablistas, técnicos de estação e subestações, que percebem, em média 4.500 cruzeiros.



zados, o que é uma barba no sistema de trabalho noturno. Há profissionais como cablistas, técnicos de estação e subestações, que percebem, em média 4.500 cruzeiros.

zados, o que é uma barba no sistema de trabalho noturno. Há profissionais como cablistas, técnicos de estação e subestações, que percebem, em média 4.500 cruzeiros.

zados, o que é uma barba no sistema de trabalho noturno. Há profissionais como cablistas, técnicos de estação e subestações, que percebem, em média 4.500 cruzeiros.

zados, o que é uma barba no sistema de trabalho noturno. Há profissionais como cablistas, técnicos de estação e subestações, que percebem, em média 4.500 cruzeiros.

zados, o que é uma barba no sistema de trabalho noturno. Há profissionais como cablistas, técnicos de estação e subestações, que percebem, em média 4.500 cruzeiros.

zados, o que é uma barba no sistema de trabalho noturno. Há profissionais como cablistas, técnicos de estação e subestações, que percebem, em média 4.500 cruzeiros.

zados, o que é uma barba no sistema de trabalho noturno. Há profissionais como cablistas, técnicos de estação e subestações, que percebem, em média 4.500 cruzeiros.

zados, o que é uma barba no sistema de trabalho noturno. Há profissionais como cablistas, técnicos de estação e subestações, que percebem, em média 4.500 cruzeiros.

Comunicado do Ministério da Justiça da República Popular da Hungria Sobre o Processo de Imre Nagy e Seus Cúmplices

O Ministério da Justiça da República Popular da Hungria divulgou o seguinte comunicado sobre o processo de Imre Nagy e seus cúmplices:

Os órgãos de justiça da República Popular da Hungria terminaram o processo contra o grupo dirigente das pessoas que a 23 de outubro de 1956 desencadearam — com a ativa participação dos imperialistas — o motim contra-revolucionário armado que visava a derrubar o regime legal na República Popular da Hungria.

Em sua ata de acusação o procurador geral da República Popular da Hungria faz a Imre Nagy e a seus cúmplices: Ferenc Donath, Miklós Guimech, Zoltan Tildy, Pal Maleter, Sandor Kopacz, Josef Siladi, Ferenc Janos, Miklos Jarsamejly, a acusação de organizarem um comploté que visava a derrubar o regime estatal de democracia popular na Hungria, e, além disso, a Imre Nagy a acusação de traição à Pátria; a Sandor Kopatchi e a Pal Maleter de organizarem a sedição militar. O processo movido contra Gueza Lochontsi foi arquivado porque o acusado morreu, motivado por doença.

O colégio do Tribunal Popular anexo ao Supremo Tribunal da RPH, com base nas confissões dos acusados e no interrogatório de 29 testemunhas, após ouvir os advogados da acusação e da defesa e examinar vasto material relativo às provas ligadas ao processo Imre Nagy e seus cúmplices, constatou:

Imre Nagy e seus mais próximos cúmplices: Gueza Lochontsi, Ferenc Donath, Miklós Guimech e Josef Siladi, em dezembro de 1955, organizaram um comploté secreto contra o Estado com a finalidade de tomarem o poder pela violência e derrubar a República Popular da Hungria. No processo judicial estabeleceu-se que Imre Nagy e seus cúmplices representaram papel dirigente no preparo e desencadeamento do motim contra-revolucionário em outubro de 1956. Em outubro de 1956 Zoltan Tildy e Pal Maleter ficaram ao par das finalidades de Imre Nagy e de seus cúmplices, manifestaram sua concordância com os mesmos e se incorporaram ativamente à trama contra-revolucionária. Os membros do grupo conspirativo, à frente das forças da reação interna e em aliança com os imperialistas estrangeiros, realizaram a tentativa de putch que tinha por fim derrubar a República Popular da Hungria.

Arroun constatou que já em fins de 1950 Imre Nagy, com a finalidade de tomar o poder pela força, criara um estreito grupo clandestino constituído por seus mais próximos colaboradores. O grupo clandestino realizava sua atividade hostil valendo-se dos meios e possibilidades tanto legais como ilegais. Para alcançar seu objetivo, a derrubada do regime popular, mobilizava e atraía para seu lado todos e quaisquer inimigos do regime estatal de democracia popular. Ao mesmo tempo, de maneira demagógica e falsa, ocultando seus verdadeiros fins, proclamando lemas «socialistas», temporariamente conseguiram ludibriar também pessoas crédulas, utilizando-as para atender a seus fins imperialistas.

O grupo dos conspiradores, e, em primeiro lugar, seu dirigente, Imre Nagy, elaborou em detalhe a plataforma política, as artes imediatas, os métodos e os objetivos futuros do movimento contra a democracia popular. A acusação apresentou ao tribunal documentos secretos, escritos em sua maior parte pelo próprio Imre Nagy.

Num documento escrito em 1955 («A Moral e a Ética»), Imre Nagy chama o regime estatal de democracia popular de «poder bonapartista degenerado» e apela por sua derrubada pela força. Em outro documento, escrito em janeiro de 1956 («Alguns Problemas Atuais»), Nagy prega a aliança com as forças contrárias à democracia popular, rejeita o poder da classe operária e estabelece como objetivo seu a restauração do sistema pluripartidário. Em trabalho redigido em janeiro do mesmo ano de 1956 («Os cinco princípios fundamentais das relações internacionais»), a pretensão de «acabar com a política de blocos», Nagy estabelece como um dos fins do grupo de aventureiros liquidar com a aliança defensiva — o Tratado de Varsóvia — e traiçoeiramente entregar o país aos imperialistas. Com base nas provas e confissões o tribunal estabeleceu que, por indicação de Imre Nagy, esses documentos foram reproduzidos e divulgados secretamente entre seus mais próximos cúmplices e elementos que lhe eram fiéis.

Durante o processo provou-se que a organização clandestina criada por Imre Nagy e seus cúmplices se entregava a uma atividade de sapa planejada para enfraquecer o poder operário e camponês, decompor o legítimo regime de democracia popular e posteriormente tomar o poder pela força. A sua atividade ilegal atraíram Gabor Tantsoch e Balaj Nagy, que fugiu posteriormente para o Ocidente, e com ajuda destes transformaram o círculo de Petöfi em ajuntamento de elementos hostis, em órgão de ataques contra o Partido e o Estado. A pretensão de organizar debates próprios dirigiram as atividades do círculo de Petöfi contra a «democracia popular. Muitas manifestações hostis do inimigo foram de antemão por eles preparadas. Em particular, o discurso de Tibor Deri na chamada discussão sobre os problemas da imprensa, discurso que incita a juventude a ações contra-revolucionárias, foi por eles preparado com a assistência de Gueza Lochontsi e Sandor Karasti. Com a ajuda de Tibor Deri, Diuti Kai, Tamach Atsel e elementos semelhantes que combatiam a República popular, esse grupo publicava na imprensa artigos que incitavam à rebelião. Nesses artigos exageravam demasiadamente os erros cometidos no processo de construção do socialismo a caluniavam intemperadamente o regime existente. A finalidade de tudo isso era minar o poder, desacreditar a autoridade do Estado, mobilizar os elementos hostis à democracia popular e, assim tomar o poder pela força. Em setembro de 1956 Gueza Lochontsi declarou publicamente ao jornal «Israelita Amos Elon» que se encontrava em Budapeste: «Se for necessário empregaremos a força contra o governo». A 20 de outubro de 1956 Josef Siladi declarou numa das reuniões clandestinas por ele organizadas: «Imre Nagy e seus colaboradores estão prontos para tomar o poder».

A famigerada manifestação de 23 de outubro iniciou por iniciativa de Imre Nagy e seu grupo, que se valiam para isso de suas relações com o círculo Petöfi e com os estabelecimentos de ensino superior. Josef Siladi, por exemplo, na reunião realizada à noite de 22 de outubro no Instituto Politécnico, pessoalmente convidou a manifestação por incumbência de Imre Nagy. A manifestação de 23 de outubro foi dirigida pelo grupo de Imre Nagy por intermédio de Gabor Tantsoch e seus cúmplices.

Nesse período, quase diariamente — em certas ocasiões várias vezes por dia — realizavam-se sessões secretas do grupo de conspiradores. Por iniciativa de Imre Nagy, a 19, 20 e 22 de outubro de 1956 Gueza Lochontsi, Ferenc Donath e Miklos Guimech, com a participação de outros membros da conspiração, procederam à elaboração do programa do governo por eles criado. Na manhã de 23 de outubro de 1956, em sessão secreta realizada no apartamento de Gueza Lochontsi, onde, além de Imre Nagy, estavam presentes Miklos Guimech, Miklos Wachacz, Ferenc Janoch e Sandor Karasti, foi elaborada a lista dos membros do governo a quem os conspiradores pretendiam transferir o poder após derrubarem pela violência o legítimo governo húngaro.

Na lista secreta dos membros do governo, Imre Nagy incluiu-se como Primeiro Ministro. As funções ministeriais foram, por sua vez, distribuídas entre os membros do grupo de conspiradores.

Para dirigir diretamente a sedição armada, desencadeada concomitantemente com a manifestação e sob sua cobertura, os participantes da trama criaram vários centros especiais clandestinos. Um desses centros, formado por Sandor Kopatchi, Josef Siladi, Miklos Guimech, Dierti Faz Kach e Tamach Atsel, foi organizado na Polícia Central de Budapeste. Sandor Kopatchi violou o juramento, abusou de seu cargo de chefe da Polícia Central de Budapeste, utilizou seus subordinados e cumpriu as ordens emanadas do centro clandestino. Com a finalidade de armar as forças hostis à democracia popular e ao mesmo tempo com o fim de minar as forças armadas fiéis ao socialismo, Sandor Kopatchi ordenou que os distritos policiais não oferecessem resistência aos insurretos; ao contrário, deviam entregar-lhes suas armas e as sedes policiais. Foi assim que Sandor distribuiu aos rebeldes mais de 20 mil armas de fogo tiradas dos depósitos da polícia. Com esse grupo cooperava estreitamente outro, criado a 24 de outubro de 1956, o centro auxiliar, cujos membros eram Gueza Lochontsi, Ferenc Donath e Ferenc Janoch. Esse centro, em particular, dirigia a atividade de sapa entre as fileiras do exército e, simultaneamente, transmitia regularmente aos insurretos os planos militares das forças armadas que defendiam a República popular.

Já muito antes da sedição de outubro Imre Nagy e seus cúmplices haviam estabelecido relações secretas e entravam em entendimentos com partidários da restauração burguesa, com os quais celebraram uma aliança com o fim de tomar o poder pela força. No processo desses entendimentos, por exemplo, Gueza Lochontsi e Sandor Karasti, já em julho de 1956, pessoalmente, e posteriormente por intermédio de Ichtvan Erdel, combinaram com Anna Kelli que esta participaria do governo criado por Imre Nagy. Em dezembro de 1955 Imre Nagy decidiu restaurar os velhos partidos, os partidos chamados de «coalizão», e em conjunto com eles formar o governo. No entanto, Imre Nagy foi muito além, depois que, apoiando-se nas forças contra-revolucionárias, ocupou o posto de Primeiro Ministro por meio da violência e do embuste. Ultrapassando os limites, Nagy permitiu à contra-revolução — e durante vários dias lhe tornou possível — criar, violando a Constituição, 70 diferentes partidos e organizações, inclusive os famigerados partidos fascistas burgueses lançados pelo Tratado de Paz — «A Vida Húngara», o «Partido Democrata Cristão» o «Partido Popular Húngaro», o «Acampamento Nacional», a «Frente Cristã», o «Partido Popular Católico» o «Partido Popular Cristão» e, na cidade Diere, o «Partido das Setas Cruzadas».

Para consolidar seu poder o grupo conspirativo de Imre Nagy celebrou aliança também com outros ajuntamentos da mais negra reação: «reabilitou» e concedeu a possibilidade de lutar contra a República popular até mesmo o ex-cardenal Josef Mindszenty, legalmente condenado. Depois, que por intermédio de Zoltan Tildy, o grupo de Imre Nagy chegou a acordo com Mindszenty, a 3 de novembro Nagy discursou pelo rádio apresentando um programa de restauração do capitalismo. Imre Nagy e seus cúmplices também entraram em acordo com a emigração húngara fascista burguesa, a serviço dos imperialistas. E prova disso a declaração de Be-

Um documento do bestial e selvagem terror branco desenhado na Hungria pelas forças contra-revolucionárias — a baioneta cravada na boca. Sobre o seu peito os bandos fascistas coloraram um retrato de Lênin. A foto foi publicada pelo «Neues Deutschland», de Berlim, e reproduzida pela «Pravda», de Moscou

Um documento do bestial e selvagem terror branco desenhado na Hungria pelas forças contra-revolucionárias — a baioneta cravada na boca. Sobre o seu peito os bandos fascistas coloraram um retrato de Lênin. A foto foi publicada pelo «Neues Deutschland», de Berlim, e reproduzida pela «Pravda», de Moscou

Um documento do bestial e selvagem terror branco desenhado na Hungria pelas forças contra-revolucionárias — a baioneta cravada na boca. Sobre o seu peito os bandos fascistas coloraram um retrato de Lênin. A foto foi publicada pelo «Neues Deutschland», de Berlim, e reproduzida pela «Pravda», de Moscou

Um documento do bestial e selvagem terror branco desenhado na Hungria pelas forças contra-revolucionárias — a baioneta cravada na boca. Sobre o seu peito os bandos fascistas coloraram um retrato de Lênin. A foto foi publicada pelo «Neues Deutschland», de Berlim, e reproduzida pela «Pravda», de Moscou

Um documento do bestial e selvagem terror branco desenhado na Hungria pelas forças contra-revolucionárias — a baioneta cravada na boca. Sobre o seu peito os bandos fascistas coloraram um retrato de Lênin. A foto foi publicada pelo «Neues Deutschland», de Berlim, e reproduzida pela «Pravda», de Moscou

Um documento do bestial e selvagem terror branco desenhado na Hungria pelas forças contra-revolucionárias — a baioneta cravada na boca. Sobre o seu peito os bandos fascistas coloraram um retrato de Lênin. A foto foi publicada pelo «Neues Deutschland», de Berlim, e reproduzida pela «Pravda», de Moscou

Um documento do bestial e selvagem terror branco desenhado na Hungria pelas forças contra-revolucionárias — a baioneta cravada na boca. Sobre o seu peito os bandos fascistas coloraram um retrato de Lênin. A foto foi publicada pelo «Neues Deutschland», de Berlim, e reproduzida pela «Pravda», de Moscou

PROBLEMAS de NOSSA POLÍTICA

AS CAMADAS MÉDIAS NA FRENTE ÚNICA NACIONALISTA

Na luta de libertação nacional do povo brasileiro não podem ser deixadas à margem as camadas médias da população. Elas são extremamente sensíveis às reivindicações nacionalistas e democráticas e estão destinadas a desempenhar um papel destacado na luta pela emancipação nacional.

Os pequenos negociantes têm contato vivo com a situação de pobreza em que vivem as massas trabalhadoras em consequência do atraso do país. O baixo índice de consumo do povo brasileiro reflete-se também no pequeno comércio por um baixo movimento de vendas. Isso não só impede o desenvolvimento dos pequenos negociantes, como não raro leva-os à falência, lançando-os nas fileiras do proletariado. Assim, os pequenos negociantes lutarão pelo desenvolvimento independente da economia brasileira, principalmente para livrarem-se do temor permanente, em que vivem, de serem proletarianizados pela redução crescente do poder aquisitivo da população.

O funcionalismo civil e militar constitui outra camada numerosa da população das cidades duramente atingida pela inflação e carestia de vida. O funcionalismo vê aumentarem as suas dificuldades, a sua situação é cada vez mais desesperadora, sendo obrigado a reduzir frequentemente o seu padrão de vida e encontrando obstáculos sérios na educação dos filhos.

Camada de nível cultural relativamente elevado e, em grande parte, pelo trato que possui com os negócios públicos, o funcionalismo tem oportunidade de conhecer mais de perto as atividades antipatrióticas dos entreguistas e dos políticos corruptos que à frente dos postos de governo defendem os interesses de grupos econômicos e se locupletam com os dinheiros públicos conseguidos à custa de impostos sempre mais escorchantes para as massas trabalhadoras, de modo que demonstram casos como o do tombamento dos bens da Bond and Siva e do Rio Grande do Sul, o desmascaramento público da Light, que está sendo feito pelas funcionários da Prefeitura do Distrito Federal, participantes da Comissão de Tarifas, etc. Coisa semelhante se poderia afirmar do funcionalismo das demais repartições civis e militares, sobre as quais se faz sentir a pressão do imperialismo e onde se intensifica a atividade dos entreguistas. Os funcionários podem, assim, contribuir e cooperar melhor e, assim, de exploração, que impede o desenvolvimento do país e aumenta a miséria do povo brasileiro. Têm, por isso, os seus sentimentos patrióticos feridos e cada vez mais se dispõem a lutar contra a dominação imperialista.

A intelectualidade é outra camada social cuja participação na luta nacionalista é da máxima importância. A demanda por intelectuais na luta nacionalista é enorme. Os intelectuais têm um papel de destaque, em que marcam o nosso povo, como o alto índice de analfabetismo, etc., que não permite o desenvolvimento de uma grande atividade cultural no país. Por outro lado, a penetração do imperialismo, especificamente nos setores culturais e artísticos do país — no cinema, literatura, etc., deformando e obstaculizando o desenvolvimento de cultura autêntica e nacional. Tudo isso impede o desenvolvimento da atividade criada da nossa intelectualidade. Tendo todo interesse em participar da luta única, a intelectualidade dará uma contribuição importante valiosa à luta de emancipação devido à atração que as atividades intelectuais e artísticas exercem sobre as massas populares.

Parte mais combativa da intelectualidade, os estudantes estão chamados a desempenhar um papel proeminente na luta do nosso povo. Os estudantes brasileiros vêm confirmando as tradições do movimento estudantil nas lutas patrióticas que em todas as épocas se travaram em nossa pátria. As organizações estudantis têm dado uma contribuição valiosa ao movimento nacionalista. Através dos estudantes, vêm se formando uma firme aliança entre a pequena burguesia urbana e a classe operária, aliança que tem se desenvolvido em várias lutas dos trabalhadores pelas suas reivindicações. Além das reivindicações próprias, como a luta contra as altas taxas de ensino, os preços proibitivos dos livros didáticos e a anarquia que a respeito existe nos estabelecimentos de ensino etc.

Os estudantes são afetados pelo aumento geral do custo de vida, particularmente dos transportes e, como futuros homens públicos e profissionais liberais, possuem uma visão aguda dos problemas do país e do povo, com os quais terão de defrontar-se, próximo, de forma mais direta. Por isso, a unidade dos estudantes das mais diversas tendências doutrinárias e políticas, dentro das organizações estudantis, universitárias fortalecerá essas organizações e contribuirá para uma integração cada vez maior dos estudantes na frente única nacionalista e democrática, da qual têm sido um dos baluartes. Ao mesmo tempo isso contribuirá para o reforçamento da unidade das camadas trabalhadoras da pequena burguesia urbana com a classe operária na luta contra a carestia e por melhores condições de vida.

De uma forma ou de outra, essas mesmas questões se apresentam com relação a outros setores das camadas médias da população, como os militares, médicos, engenheiros, dentistas, etc.. A unidade e organização de todas essas camadas na frente nacionalista e democrática é uma condição do progresso e da emancipação de nossa Pátria.

UNIDADE dos partidos COMUNISTAS e OPERÁRIOS

PLENO DO CC DO PCUS

A 17 e 18 de junho reuniu-se em Moscou um Pleno do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. O pleno ouviu e discutiu um informe do camarada Nikita Kruschov sobre a revogação dos fornecimentos obrigatórios e dos pagamentos em espécie pelo trabalho das Estações de Máquinas e Tratores, sobre as novas normas, preços e condições de armazenamento dos produtos agrícolas. O pleno do CC do PCUS aprovou a correspondente resolução.

No pleno foram eleitos candidatos a membros do Presidium do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética N. V. Podgorny e D. C. Pollanski.

O pleno do CC do PCUS expressou a convicção de que as medidas traçadas sobre a mudança das normas, preços e condições para armazenamento dos produtos agrícolas contarão com a aprovação de todo o povo soviético e contribuirão para um rápido incremento da economia do país e o progresso do bem-estar dos trabalhadores, para o ulterior fortalecimento da unidade da classe operária e do campesinato — alicerce inabalável da construção com êxito da sociedade comunista.

Declaração do P.P. Paraguai

Em declaração dada ao público, o Partido Comunista Paraguai se pronunciou em favor da realização de novas eleições presidenciais no país antes de 15 de agosto. O documento constata que as eleições-farsa de 9 de fevereiro, longe de resolver a questão da sucessão presidencial, não fizeram senão agravar ainda mais a crise política. A proclamação exorta à unidade de ação entre colorados, liberais, febreiristas, católicos e comu-

nistas, pela suspensão do estado de sítio e pela anistia geral para os presos políticos. Denuncia a brutal exploração do país pelos imperialistas norte-americanos. A declaração acentua que não deve esmorecer a luta contra a continuação no poder do general Stroessner e sua camarilha.

O P.P. da Indonésia e a Unidade Nacional

O Secretário-geral do Partido Comunista da Indonésia, Aidit, fez uma análise das perspectivas para a unidade nacional do país, depois da derrota do governo rebelde. Aidit constata que após a derrocada do governo rebelde indonésio, a posição do governo legítimo chefiado por Djuwanda se consolidou, melhorou a situação nas fileiras das forças armadas, havendo aumentado as possibilidades de consolidação da independência nacional e da construção econômica da Indonésia.

Por outro lado, o povo indonésio cada vez mais se politiza separadamente. O "prestígio" do imperialismo, dos partidos políticos e reacionários que sustentavam o chamado "governo revolucionário" declinará grandemente. No entanto, acrescenta Aidit, os imperialistas estrangeiros e indonésios não ficarão indiferentes a isto. Aidit acrescentou que falharam as esperanças dos imperialistas norte-americanos de substituírem o governo de Djuwanda por um gabinete do Partido Masjumi Nahdatul Ulama, lançando o

Partido Comunista da Indonésia para a oposição. Os imperialistas americanos queriam assim reforçar suas posições na Indonésia.

Aidit destacou que agora, depois de esmagado o governo rebelde, é necessário continuar a luta pelo objetivo comum da libertação do D'lar Ocidental, pela liquidação do exército islamita e da subversão estrangeira e pela restauração do país. Nas atuais condições, somente os esforços combinados dos comunistas, dos nacionalistas patriotas e dos crentes, estes objetivos poderão ser alcançados. Do contrário, a Indonésia será vítima dos imperialistas e dos reacionários internos.

O líder comunista indonésio fez um caloroso apelo a seu povo para reforçar a unidade entre os trabalhadores e o povo, promover a unidade com o exército e o governo para derrotar a camarilha rebelde, extinguir as fontes de seu poder, desfazer as alianças políticas dos Estados Unidos e suas tentativas de utilizar as forças armadas indonésias a fim de exercer pressão sobre o presidente Sukarno.

O P.C. Indiano Contra O Revisionism

O Partido Comunista da Índia lançou um apelo para que seja travada uma luta ideológica sem tréguas contra o revisionismo do marxismo representado pelo programa da Liga dos Comunistas da Jugoslávia. O Partido divulgou no jornal "Swadhinata", de Calcutá, o editorial recentemente publicado pelo "Jeningibao" (Diário do Povo) da China e diz que o programa da Liga dos Comunistas da Jugoslávia é característico do moderno revisionismo e se opõe aos princípios básicos do Marxismo-leninismo. O jornal de Calcutá atacou a "análise deturpada" da situação internacional feita em seu programa, atribuindo à União Soviética a "política de posições de força".

O órgão do Partido Comunista indiano acrescenta que outro repúdio de princípio fundamental do marxismo-leninismo pelo programa dos comunistas jugoslavos é a sua teoria de que, na sociedade capitalista, o Estado permanece acima das duas classes em luta.

CALENDARIO

MES DE JULHO

INTERNACIONAL

- 1 — 1921 — Fundação do Partido Comunista da China.
- 2 — 1949 — Falece o dirigente comunista búlgaro, George Dimitroff, em Moscou.
- 1905 — A Jno. massa do Mar Negro revoltou-se contra o tsarismo.
- 4 — 1932 — Fundação do Partido Comunista da China.
- 5 — 1857 — Nasce Clara Zetkin, líder comunista alemã.
- 14 — 1789 — Tomada da Bastilha pelo povo de Paris.
- 1923 — Fundação do Partido Comunista do Japão.
- 1948 — Atentado fascista contra Palmiro Togliatti, Greve geral na Itália.
- 17 — 1945 — Tem início a Conferência de Potsdam (URSS, EE.UU. e Inglaterra).
- 18 — 1936 — Fascistas espanhóis com Franco à frente, e sob os ordens de Hitler e Mussolini, atacam a República espanhola.
- 19 — 1920 — II Congresso do Internacional Comunista, em Petrogrado.
- 21 — 1954 — Assinatura dos Acordos de Genebra, que puseram fim à guerra dos colonialistas franceses no Viet-Nam.
- 22 — 1944 — Libertação da Polónia pelo Exército Soviético.
- 24 — 1788 — Nasce Simon Bolívar, libertador sul-americano.
- 26 — 1856 — Nasce George Bernard Shaw, famoso escritor irlandês.
- 27 — 1953 — Assinatura do armistício da guerra da Coreia.
- 28 — 1914 — Início da primeira guerra mundial.
- 30 — 1903 — Fundação do Partido Comunista da União Soviética Com a presença de Lênin, instala-se em Bruxelas o II Congresso do P.O.S.D.R., no qual se estabeleceu a divisão entre os bolcheviques e os mencheviques.

NACIONAL

- 31 — 1914 — Jean Jaurés é assassinado por ordem dos incendiários de guerra.
- 2 — 1833 — As tropas portuguesas retiram-se da Bahia. Entrada triunfal das forças brasileiras que lutavam pela independência.
- 4 — 1940 — Falece o escritor brasileiro Monteiro Lobato.
- 5 — 1922 — Levante do Forte de Copacabuna e da Escola Militar do Realengo.
- 1924 — Início da revolta de S. Paulo, que deu origem à Coluna Prestes.
- 1935 — Lançamento do Manifesto Programático Aliança Nacional Libertadora, assinado por Luiz Carlos Prestes.
- 1962 — Instala-se no Rio a Convenção de Defesa do Petróleo.
- 6 — 1871 — Falece o poeta brasileiro Castro Alves.
- 1953 — Greve geral de 24 horas dos trabalhadores gaúchos, pela aplicação dos novos níveis de salário mínimo e pelo congelamento de preços.
- 8 — 1933 — Realiza-se a Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil.
- 1946 — Instala-se no Rio a III Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil.
- 10 — 1917 — Execução dos revolucionários Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima e padre Pero de Souza Tenório.
- 11 — 1918 — A União dos Metalúrgicos do Distrito Federal decretou uma greve geral de 24 horas contra a intervenção das potências imperialistas na União Soviética.
- 15 — 1940 — Discurso de Prestes, no memorável comício do Pacemibu.
- 20 — 1944 — Chega à Itália o primeiro escalão da FEB.
- 29 — 1919 — É assassinado pelos integristas, em Fortaleza, o jornalista Jaime Colado, dirigente comunista no Ceará.

'Estudos Sociais'

UMA REVISTA DEDICADA AO ESTUDO DA REALIDADE BRASILEIRA

O 1º número nas bancas de jornais e livrarias com o seguinte sumário:

- Moacir Paz — «Sobre os Problemas do Desenvolvimento Econômico»
- Carlos Marighella — «Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil»
- Fragmon (Carlos Borges) — «Origens Históricas da Propriedade da Terra»
- Miguel Costa Filho — «O Trabalho nas Minas Gerais»
- Carrera Guerra — «Maidovski nos Debates Públicos»
- Su Ju — «Avaliação do Idealismo Clássico Chinês»
- Hyman Lumer — «Notas Sobre a Recessão Norte-Americana»
- Problemas em Debate — Crítica de Livros — Crítica de Revistas.

Em Atividade o Funcionalismo Federal

Como é sabido os funcionários públicos federais há tempos vêm movendo uma campanha com o objetivo de conseguir a classificação do funcionalismo e aumento de vencimentos. Para tratar do assunto, convocada pela Coligação de Associações Pró-Classificação, realizou-se no dia 20 p. passado grande assembleia no Distrito Federal.

CORRE PERIGO A CLASSIFICAÇÃO

Nos debates travados na assembleia foi ventilado que o Plano de Classificação, ora na Câmara dos Deputados, corre perigo em virtude da ausência dos parlamentares que se encontram nos seus Estados, cuidando da sua campanha eleitoral e devido à posição dúbia e vacilante do líder da maioria, deputado Armando Falcão. Agravando ainda mais a situação está faltando a necessária coordenação e unidade ao funcionalismo para fazer pressão sobre os poderes executivo e legislativo em favor da classificação e aumento.

Diante disso a assembleia, como medidas iniciais em defesa do Plano, programou duas grandes concentrações, uma em frente à Câmara dos Deputados, para o dia 3 de julho às 17 horas, outra em

frente ao Catete, em data que será oportunamente marcada.

Além disso a Coligação solicitará uma audiência com o presidente da República, com a presença do diretor do DASP, audiência na qual os líderes do funcionalismo se propõem demonstrar a inconsistência dos pontos de vista do referido diretor, que afirma ser o Substituto Elias Adalme prejudicial nos interesses do Estado.

II CONGRESSO NACIONAL DOS SERVIDORES

A realização do II Congresso Nacional dos Servidores, convocado para os dias 29, 30 e 31 de julho, será um outro passo importante na luta que ora trava o funcionalismo. Uma das medidas mais importantes que o Congresso deverá estudar será a recomendação a todos os servidores dos Estados para que pressionem os deputados federais que se encontram em campanha eleitoral, a fim de comparecerem à Câmara para a votação do Plano de Classificação.

EXEMPLO DO FUNCIONALISMO PAULISTA

De São Paulo, para participar da assembleia do dia 20, veio uma comissão de diri-

gentes do funcionalismo Federal. Naquele Estado a luta em pró do Plano de Classificação e aumento está sendo encabeçada pela Coligação dos Servidores Paulistas que congrega 22 entidades da capital do Estado e mais 28 espalhadas pelos municípios paulistas. A Associação dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, que faz parte da Coligação, congrega 35 mil associados. Para as concentrações a serem realizadas em frente à Câmara e o Catete, da capital paulista deverá ser enviada grande comissão.

O funcionalismo federal de todos os Estados e localidades do Brasil precisa unir os seus esforços e prestigiar, por todas as formas possíveis, os atos programados, a fim de conseguir o objetivo, que é a aspiração de todos os funcionários: classificação e aumento de vencimentos antes das eleições de outubro.



MAIS RAPIDEZ NA TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS. — Comissão Permanente da I Conferência Nacional Sindical esteve no Senado, onde foram recebidas pelo vice-presidente da República. Os dirigentes sindicais solicitaram mais urgência para os projetos que até se encontram há meses e tiveram também sentida a necessidade de serem debatidos com os trabalhadores as emendas que estão sendo apresentadas. Estiveram presentes 21 entidades de âmbito nacional, entre Confederações, Federações e Sindicatos. Na foto — o sr. João Goulart, quando afirmava aos trabalhadores: estão disposto a atendê-los.

I Conferência Nacional dos Enfermeiros

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO — UNIDADE SINDICAL — COMISSÃO PERMANENTE PARA A APLICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES

Em prosseguimento à série de conclaves de trabalhadores que vêm se realizando em todo o Brasil, de 14 a 16 do corrente mês desenvolvendo-se no Rio os trabalhos da I Conferência Nacional dos Enfermeiros; a Conferência contou com representações de quase todos os Estados e, apesar da importância que possui essa categoria profissional (trabalhadores em hospitais), não contou com apoio oficial algum.

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

A Conferência resolveu encetar uma campanha nacional em torno de várias e importantes reivindicações, em primeiro lugar para conseguir do Poder Executivo a regulamentação da profissão de enfermeiro e a aprovação do projeto de lei que dá direito aos enfermeiros práticos de se habilitarem no Serviço de Fiscalização da Medicina. Visa ainda a campanha conseguir a inclusão de um representante enfermeiro, indicado pelos Sindicatos, para participar nas bancas examinadoras de enfermeiros práticos; a construção de um hospital de previdência social em São Paulo; a rejeição,

pelo Congresso Nacional, do veto presidencial ao artigo da Lei de Aposentadoria que dispõe sobre o reajustamento dos proventos dos aposentados e pensionistas.

UNIDADE SINDICAL

Discutindo o problema da unidade sindical, a Conferência resolveu dirigir-se ao Ministério do Trabalho, pleiteando a anulação da portaria ministerial que reconheceu a existência de um sindicato para trabalhadores vinculados à categoria profissional dos enfermeiros, mas que trabalham em hospitais particulares das Ordens Religiosas e Irmandades, consagrando a dualidade sindical; essa medida vem acarretando

sérias dificuldades para o Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal.

OUTRAS RESOLUÇÕES

Entre as resoluções aprovadas figuram ainda as seguintes: recomendação para a criação de serviço de relações públicas em todos os Sindicatos de enfermeiros; apresentação de emendas ao projeto número 3082-57, que trata da situação dos enfermeiros diplomados por escolas militares; exigido respeito ao trabalho profissional de acordo com as suas atribuições; para que se estabeleça a obrigatoriedade da língua portuguesa em todos os hospitais do Brasil, mesmo os estrangeiros; que as obstetrizes somente trabalhem nas maternidades; solicitar aos parlamentares um projeto de lei, ou mensagem do Executivo ao Congresso Nacional, fixando em 25 anos o tempo de serviço para a aposentadoria dos enfermeiros do serviço público federal, autárquico e para-estatal; aprovando sugestões do Sindicato das Parteias de

São Paulo e da Associação Profissional das Parteias do Rio de Janeiro acerca da Lei 2.604; solicitar à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e às Federações Nacional e Estadual do Rio Grande do Sul dos Empregados em Turismo e Hospitalidade, apoio às resoluções da Conferência.

COMISSÃO PERMANENTE

Resolução das mais importantes foi finalmente tomada, criando uma Comissão Nacional Permanente para aplicar as resoluções aprovadas pela Conferência. A sede da Comissão será na Capital da República, sendo presidida pelo presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro. Levando-se em conta que os numerosos conclaves de trabalhadores realizados têm tomado muitas e importantes resoluções, algumas das quais não têm sido postas em prática por falta de coordenação por parte das entidades sindicais, é essa uma medida bastante oportuna.

CAMPANHA SALARIAL DOS BANCÁRIOS

Para tratar da nova campanha salarial a ser iniciada encontram-se atualmente no Rio, os presidentes de 5 Federações de bancários.

Nas reuniões que vêm realizando, esses dirigentes, além do aumento de salário, tratam de outros problemas tais como horário único de 6 horas para contínuos, serventes, porteiros e auxiliares de portarias, extinção do trabalho aos sábados, etc.

POR EM PRÁTICA AS RESOLUÇÕES DO CONGRESSO

As questões que estão sendo agora discutidas pelos dirigentes bancários, figuram nas resoluções adotadas pelo VII Congresso desses profissionais, recentemente realiza-

do em Belo Horizonte, as quais, por sua vez, levavam em conta as resoluções da I Conferência Nacional Sindical. Os bancários tratam assim, de cumprir as decisões que nesses conclaves foram tratadas para todos os trabalhadores e suas entidades sindicais, dando assim, um sadio exemplo de compreensão de que Congresso e Conferências não se realizam "por forma" apenas.

TRABALHADORES EM CARRIS

Em assembleia realizada no dia 17, os trabalhadores em Carris Urbanos resolveram dar prazo até dia 26 para que a Light pague o aumento de 20 por cento estabelecido no acordo assinado a 7 de abril, e que a empresa imperialista se vem negando a cumprir.

METALÚRGICOS

Os metalúrgicos do Distrito Federal também se reuniram em assembleia no dia 17. Após ter debatido o assunto de aumento de salários, a assembleia elegeu uma comissão de 15 membros, incluindo metalúrgicos do Estado do Rio, para elaborar a tabela de aumento e ser pleiteado junto aos patrões.

I CONGRESSO NACIONAL DOS MOTORISTAS PROFISSIONAIS

PONTOS PARA O TEMÁRIO — AS CONFERÊNCIAS CONTINUAM AUSENTES

Os dois sindicatos de condutores de veículos rodoviários existentes no Rio de Janeiro estão evidenciando esforços para conseguir a realização do I Congresso Nacional dos Motoristas Profissionais do Brasil. Tal Congresso deveria realizar-se em Brasília e para isso os motoristas já contam com o apoio do presidente e vice-presidente da República.

O temário do Congresso ainda não está elaborado, mas os motoristas têm infirmos problemas que afetam a corporação e que precisam ser discutidos em conjunto. Tais são, por exemplo, a reforma do código nacional de trânsito, lei orgânica de previdência social, denúncia do tratado internacional segundo o qual todos os motoristas particulares são considerados empregados demétilcos, carro próprio para os profissionais de volante, etc.

AUSÊNCIA DAS CONFEDERAÇÕES

Os motoristas querem que as duas Confederações existentes dessa corporação tomem a frente dos preparat-

vos para a realização do Congresso, pois a elas caberia essa obrigação. No entanto, nas duas reuniões preparatórias já realizadas, apesar da convidadas, essas entidades não compareceram.

Essa ausência das Confederações, ao se tratar do assunto tão importante como a realização de um Congresso dos trabalhadores, é inaceitável. A propósito, lembra-se que na recente greve dos motoristas de ônibus, que abalou o Distrito Federal, causou grande estranheza a omissão dessas entidades, cujos dirigentes nem uma única vez apareceram a fim de defender os interesses dos trabalhadores.

Pelo visto os motoristas precisam tomar urgentes providências com relação às suas entidades de grau superior. Isso significa que a eleição dos representantes junto às essas organizações tem sido subestimada. Os trabalhadores precisam encarar com mais seriedade este problema e escolher para representantes, junto a esses órgãos de classe, homens que sejam à altura da tarefa.

Acontecimentos da Vez SINDICAL

Cerca de 12 mil empregados, em laboratórios, do Distrito Federal, conquistaram, no julgamento de dissídio coletivo, no Tribunal Regional do Trabalho, um aumento de 15 por cento nos salários. Os trabalhadores, no entanto estão descontentes com as estatísticas do SEPT sobre o custo de vida; nas quais se baseou o Tribunal para conceder um aumento muito inferior ao pleiteado. Tais estatísticas, dizem eles, não refletem a realidade.

Os sindicatos operários do Estado de Espírito Santo estão protestando porque os representantes dos trabalhadores, eleitos em assembleia, não estão sendo ouvidos na fixação dos novos níveis de salário-mínimo.

Descontentes com a proteção que vem sofrendo na Câmara a aprovação do crédito para o pagamento de direitos já reconhecidos, os marítimos ameaçam recorrente à greve.

Os trabalhadores na indústria de massas alimentícias e moídos do D. F. estão em plena campanha por 35 por cento de aumento nos salários. Os patrões estão intransigentes e negaram-se a comparecer à mesa redonda com os empregados no Departamento Regional do Trabalho. Os trabalhadores esperam com sua luta chamá-los à realidade.

Os trabalhadores do Serviço Sanitário do Distrito Federal reclamam o pagamento de uma gratificação de 30 por cento sobre os salários, a título de "trabalho com risco de vida".

Atendendo a um apelo dos dirigentes sindicais de Fortaleza, dentro em breve uma comissão dos sindicatos paulistas e cariocas deverá ir ao Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, a fim de fazer entrega, aos flagelados, de donativos arrecadados entre os trabalhadores de São Paulo e Distrito Federal.

Os trabalhadores vinculados à CAPFESP realizaram, no Rio, uma assembleia na qual estiveram presentes também os dirigentes dos sindicatos que os congregam, o presidente da referida autarquia e o ministro do Trabalho. A finalidade foi a de impulsionar a campanha pela construção do hospital da CAPFESP, tendo o ministro do Trabalho prometido o início das obras ainda este ano.

Os metalúrgicos e aeroviários preparam-se para realizar seus respectivos congressos. O dos aeroviários deverá verificar-se na Capital da República em data a ser marcada, a dos metalúrgicos está marcado para realizar-se entre os dias 7 e 12 de abril de 1959, em São Paulo.

Uma comissão de dirigentes sindicais paulistas encaminhando ao presidente da República um memorial manifestando a preocupação e desejo dos trabalhadores bandeirantes de que as vagas ministeriais que ora devem verificar-se sejam preenchidas por elementos democratas nacionalistas e não por conhecidos entreguistas, como se vem proclamando ser a intenção do presidente. O memorial, assinado por 56 líderes sindicais, foi encaminhado através do ministro do Trabalho, sendo entregue uma cópia também ao vice-presidente da República, sr. João Goulart.

AJUDE VOZ OPERÁRIA FAZENDO UMA ASSINATURA!

COMUNICADO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA REPÚBLICA POPULAR DA HUNGRIA SÓBRE O PROCESSO DE IMRE NAGY E SEUS CÚMPLICES

(Conclusão da pág. contra)

Imre Nagy, presidente do chamado "Comitê Nacional", a 23 de outubro de 1956: "Os membros do Comitê mantêm ligação permanente com os dirigentes da rebelião húngara". Em seguida Zoltan Tildi entrou em entendimentos, pelo telefone, com Ferenc Nagy — chegado a Viena para apoiar a contra-revolução — no sentido de que a emigração estava ao lado do governo de Imre Nagy.

Violando o juramento feito, e na qualidade de Primeiro Ministro, Imre Nagy afastou da direção os órgãos governantes constitucionais do país — Assembléia Nacional, o Presidium da RPH e o governo — e de maneira ilegal e como órgão próprio de governo, criou o pretense "gabinete". Esse gabinete era já então constituído de maneira que nele predominavam as forças reacionárias, embora, visando enganar as massas, Imre Nagy tenha nele incluído elementos dedicados ao socialismo. Entretanto, a 2 de novembro reorganizou esse gabinete, introduzindo nele novos representantes extremados da restauração burguesa e dirigentes do motim contra-revolucionário. Nessa época membros do gabinete — além de Imre Nagy, Gueza Lochontsi, Zoltan Tildi — já eram também Anna Ketti, Ichtvan B. Sabo, Ichtvan Bido e, como Ministro da Defesa, Pal Maletér, comandante das forças armadas dos insurretos contra-revolucionários.

Após decompor e destituir os órgãos centrais da República Popular, Imre Nagy e seu grupo de conspiradores procederam à liquidação dos órgãos locais do poder, dissolvendo os órgãos legítimos do poder estatal — os conselhos locais, os órgãos da administração da economia — e substituindo-os pelos chamados "comitês revolucionários", constituídos principalmente de elementos burgueses e fascistas, e pelos pretensos conselhos operários, destinados a enganar a classe operária.

Por sua atividade traidora e subversiva Imre Nagy e seus cúmplices, após haverem obtido a ordem de cessar fogo, finalmente prepararam as forças armadas que defendiam a República Popular. Concomitantemente organizavam, abasteciam de armas e, finalmente, legalizaram as forças contra-revolucionárias dos insurretos. Na chamada "Guarda Nacional" reuniram criminosos civis e militares, libertos das prisões e toda a laia

de inimigos da democracia popular. Depois disso, em Budapeste e em toda parte, incluiu-se no país o terror branco.

Segundo os dados apurados até agora os destacamentos terroristas assassinaram terrorizantemente 234 cidadãos indefesos durante o curto domínio de Imre Nagy e de seu grupo. Nos mesmos dias foram atirados às prisões 3 mil cidadãos progressistas e dedicados ao regime de democracia popular e cuja execução estava planejada para os próximos dias. Além disso, até 4 de novembro foram organizadas listas e preparado o assassinio em massa de mais de 10 mil pessoas.

Ao mesmo tempo em que Imre Nagy e seus cúmplices reuniam em torno de si as forças reacionárias e contra-revolucionárias do país, estabeleciam também ampla ligação e cooperação com os diversos círculos, órgãos e representantes dos imperialistas. Um dos membros do grupo de conspiradores — Laslo Kardoch — mantinha contato com Cowpe, ex-adido à Missão Inglesa em Budapeste, com cuja assistência foram contrabandeados para o ocidente materiais políticos contra o Estado, redigidos por Imre Nagy. Por intermédio de Pal Maletér mantinham ligações com Cowle, adido militar inglês, participante direto da chefia militar do levante. Com a ajuda de Gueza Lochontsi estabeleceram-se ligação e cooperação com o príncipe Lewenstein, representante dos imperialistas da Alemanha Ocidental, enviado à Hungria. Com base nos entendimentos com Gueza Lochontsi, o príncipe Lewenstein, por intermédio do rádio Kossuth, assegurou aos insurretos contra-revolucionários o apoio do capital da Alemanha Ocidental.

Ao mesmo tempo certos círculos imperialistas chefiados pelos imperialistas americanos há muitos anos dirigiam a atividade de todo o seu aparelho de propaganda e de espionagem em apoio aos representantes húngaros da tendência contra-revolucionária por eles denominada "comunismo nacional" e encarnada pelo grupo de Imre Nagy. Um órgão da espionagem americana, a "Universidade de Estrasburgo", em setembro de 1956 elaborara o programa do levante contra-revolucionário, programa clandestinamente divulgado dentro do país. Durante a contra-revolução contrabandearam, para o país grande quantidade de armas sob a etiqueta de remessas da Cruz Vermelha. Concomitantemente a imprensa imperialista e o rádio imperialistas

desenvadeavam uma campanha com a finalidade de popularizar a personalidade de Imre Nagy. Ressaltavam que, para as potências ocidentais, seria mais conveniente se o afastamento da Hungria do campo socialista fosse realizado por um "grupo que se denomine comunista". A famigerada estação de rádio "Europa Livre", em suas transmissões em idioma húngaro e por meio do envio de balões, por ela mesma organizado, preparava o caminho para o levante contra-revolucionário e, depois que este fora desencadeado, dirigia os insurretos e lhes transmitia diretrizes militares, seguidas pelo grupo de conspiradores.

Com a finalidade de alcançar seus objetivos e para abrir totalmente o caminho à intervenção imperialista, Imre Nagy e seu grupo de traição tentava ilegalmente denunciar o Tratado de Varsóvia, aliança defensiva, do qual participa a República Popular da Hungria. Coroamento dessa tentativa foi o discurso de Imre Nagy pelo rádio, a 4 de novembro de 1956, no qual conclamou os imperialistas a franco pronunciamento armado contra o governo revolucionário operário e camponês e as forças soviéticas chamadas a ajudar a esse governo.

Depois da derrota do levante armado contra-revolucionário, certos grupos de conspiradores do tipo de Imre Nagy começaram a procurar refúgio no lugar de onde já anteriormente haviam recebido apoio. Bela Kiral, Anna Ketti, Tojef Kiovago e outros foram os participantes do golpe de Estado que fugiram à responsabilidade, escapando para o Ocidente. Josef Mindszenty, como é do conhecimento das autoridades húngaras, ocultou-se na missão americana em Budapeste. Manifestando-se anteriormente sob a bandeira pirata do "comunismo nacional", o grupo de Imre Nagy fugiu à responsabilidade, refugiando-se na embaixada iugoslava em Budapeste.

É característico o fato de que os pérfidos conspiradores continuaram invariavelmente a sua atividade contra-revolucionária até mesmo quando o povo húngaro — sob a direção do governo revolucionário operário e camponês — restaurava a ordem legal, assegurava a vida pacífica ao povo e liquidava os danos causados pelos contra-revolucionários. Do Ocidente, Anna Ketti, Bela Kiral, Tojef Kiovago e seus cúmplices, e, do edifício da embaixada da Iugoslávia, Imre Nagy, Gueza Lochontsi e outros, transmitiam instruções re-

lativamente à continuação da resistência armada, ao desencadeamento de greves que paralisassem a vida, e à reorganização da atividade clandestina de sapa.

Assim é que, por exemplo, Imre Nagy e Gueza Lochontsi de dentro do edifício da embaixada iugoslava, estabeleceram ligação, por intermédio de Micos Gulmes e outros cúmplices, com o "Conselho Operário Central de Budapeste", com a rádio "Europa Livre" e até mesmo começaram a editar um novo jornal ilegal, o "23 de Outubro". Tudo isso foi provado por meio de fatos indiscutíveis durante o inquérito realizado posteriormente e durante o processo.

Os materiais relativos ao inquérito e o processo judiciário demonstraram e confirmaram que Imre Nagy e seus cúmplices, de acordo com suas concepções políticas anteriores, revisionistas e nacionalistas burgueses, rolaram naturalmente para a aliança com as forças mais reacionárias da burguesia, as forças imperialistas, rolaram para a traição ao regime de democracia popular, ao povo trabalhador da Hungria e à Pátria socialista.

Durante o processo os acusados Ferenc Donat, Micos Gulmes, Zoltan Tildi, Sandor Kopatchi, Ferents Ianos e Micos Vacharki manifestaram seu arrependimento e admitiram sua plena culpabilidade. Imre Nagy, Tojef Siladi e Pal Maletér negaram sua culpabilidade. Foram, porém, durante o processo, desmascarados pelos depoimentos dos cúmplices e das testemunhas e também pelas provas materiais e em seus depoimentos admitiram parcialmente os fatos que comprovam seus crimes.

O colégio do Tribunal Popular anexo à Corte Suprema da República Popular da Hungria, após pesar a gravidade dos crimes e as circunstâncias agravantes e atenuantes e com base nos materiais relativos ao processo, reconhece os acusados culpados dos crimes objeto da acusação, e condena Imre Nagy à pena capital; Ferenc Donat a 12 anos de prisão celular; Micos Gulmes à pena capital; Zoltan Gildi a 6 anos de reclusão celular; Pal Maletér à pena capital; Sandor Kopatchi à reclusão celular perpétua; o doutor Tojef Siladi à pena capital; Ferents Ianos a 8 anos de prisão celular; Micos Vacharki a 5 anos de reclusão celular.

Desse veredicto não cabe apelação. As penas capitais foram executadas.

O PARTIDO COMUNISTA FRANCÊS DEFINE SUA POSIÇÃO FRENTE A DE GAULLE

(Conclusão da quarta página)

É mesmo nos últimos dias, quando o perigo batia à porta, quando o grupo parlamentar do Partido Socialista quase unanimemente manifestava seu apoio às greves declaradas pela Confederação Geral do Trabalho, até mesmo então os dirigentes dos socialistas de direita se mantiveram intransigentes, agindo como os fura-greves mais convictos. Atuavam de acordo com a fórmula apresentada pelo próprio Guy Mollet: "Prefiro o degaullismo à Frente Popular".

Guy Mollet continuava a afirmar que se tratava de uma escolha entre de Gaulle e o comunismo, quando na realidade não se tratava de assegurar o êxito do comunismo e sim — conforme afirmou Tanguy Priejean — a unidade de todas as forças operárias e democráticas na luta contra a ditadura, qualquer que fossem as divergências entre elas.

Ultimamente tornou-se ainda mais claro que os dirigentes dos socialistas de direita não dão nenhuma importância à democracia interna em sua organização. Guy Mollet sempre agiu à revelia de seu Partido. Informava ao comitê dirigente e ao grupo parlamentar somente postfactum. Regularmente colocava os militantes do Partido diante de fatos consumados. Um parlamentar socialista disse-nos com indignação: eis a espécie de democracia que impera em nosso Partido, apesar de nossos dirigentes não se cansarem de encher a boca com essa palavra.

Os dirigentes da «Force Ouvrière» também quiseram capitalizar quando a CGT — com a qual nunca desejaram acordos para a unidade de ação — apelou para a greve na terça-feira, 27 de maio. Marcaram, porém, uma greve para quarta-feira. Secretamente esperavam que nem este e nem o outro movimento grevista lograsse êxito e que assim os trabalhadores demonstrariam sua debilidade.

Deve-se dizer que a CGT desfez esses cálculos. Por sua vez, nosso Partido, após resolver, de maneira idêntica à CGT, a participação nas manifestações marcadas para quarta-feira, 23 de maio, possibilitou à classe operária e à democracia demonstrar brilhantemente sua força em Paris.

Assim, fracassaram todas as manobras que visavam paralisar as massas. Organizou-se a resistência, rapidamente começou a luta, nosso povo compreendeu claramente que o país não chegou à crise atual em consequência de um excesso de democracia — como afirmam os adversários da república — e sim em vista da falta de democracia, em virtude da violação da democracia, em consequência dos constantes atentados contra as liberdades públicas, a proibição de manifestações, a apreensão de jornais operários, as perseguições e as condenações contra militantes e a perseguição aos soldados que mantêm sua fé nos ideais democráticos.

Os direitos do parlamento estão sendo restringidos cada vez mais. Foi privado do direito de apresentar projetos de despesas. Contrariando a Constituição — que proíbe categoricamente os decretos com força de lei e mais ainda a outorga de plenos poderes — o poder executivo escapa cada vez mais ao controle da Assembléia Nacional.

Os governos que temem o povo não podem deixar de tomar o controle exercido pelos eleitos do povo, e agora o objetivo a que visa de Gaulle consiste em acabar definitivamente com todo resquício de democracia, com todo o controle vindo de baixo. É seu desejo conseguir a ratificação, por meio do plebiscito no começo do outono, de uma Constituição autoritária,

que prive de todo o poder os eleitos do povo. Todos os trabalhadores, todos os democratas, todos os adversários do poder pessoal devem já agora preparar-se para que nosso povo em seu conjunto responda com um «não» quando em outubro for feita essa consulta.

«Sou a hora da unidade. No entanto, há entre os indivíduos que têm todos os motivos para se arrependerem por haver com demasiada frequência cedido ao anticomunismo e contribuído para a cisão, aqueles ainda hoje têm mais medo do impeto que leva as massas para o Partido Comunista — campeão da liberdade — e fazem planos para deter esse entusiasmo salvador.

Sabemos que a república democrática — conforme afirmam Engels e Lênin representa historicamente um grande progresso. A classe operária continuará a defender essa posição que lhe dá a possibilidade de organizar-se, manifestar sua opinião, forjar seu futuro, o futuro da França. E' seu firme propósito defender os direitos democráticos, conquistados pelos nossos antecessores ao preço de lutas e de sacrifícios. Não é de forma alguma quando domina a ditadura reacionária e militarista, quando o fascismo escraviza os trabalhadores, lança às prisões seus militantes, dissolve suas organizações — não é de forma alguma numa época dessa natureza que a classe operária se sente mais feliz, mais forte, mais próxima do socialismo, para o qual marcha e inevitavelmente alcançará.

Não pretendemos que nenhum democrata abandone seu programa e suas idéias. Temos nossa própria concepção da Constituição que será a melhor. Acreditamos, por exemplo, que se deveria reforçar e organizar o controle do povo sobre seus eleitos, dando-lhe, em particular, o direito de revogá-los. Além disso, julgamos que se deva reduzir o prazo de vigência dos poderes concedidos a esses eleitos. No entanto, defendendo nossas idéias, nosso programa, tudo aquilo que é o sentido de nossa existência como Partido Comunista, repetimos novamente que visamos durante todo esse período e continuamos a visar apenas a uma única coisa: salvar as liberdades democráticas e impor o respeito aos direitos e posições da classe operária.

NOSSO GLORIOSO PARTIDO

Nosso Partido sai dessa prova ainda mais poderoso. Uniu-se, estreitamente como nunca, em torno de seu Comitê Central, cuja influência aumenta dia a dia e hora a hora. A direção do Partido soube agir e conduzi-lo pelo caminho da luta. A bancada parlamentar demonstrou sua maturidade política e sua capacidade de luta. Esteve totalmente à altura do dever que lhe cabia cumprir, e o mesmo se pode dizer da atividade de nossos militantes, de nossas federações, de nossas seções e de nossas células em todos os recantos do país.

Dia e noite não cessaram sua vigilância. Durante o dia trabalhavam nas empresas e posteriormente, sem dar importância ao cansaço, organizavam manifestações, defendiam as sedes de nossas organizações, espalhavam milhões de folhetos e volantes. Garantiam a ampla divulgação de nossos jornais. Surgiram quadros novos, temperados pelas provações, pessoas capazes de organizar, estimular e orientar a ação das massas. Os acontecimentos revelaram a existência de inesgotável reserva de novos membros do Partido. O Partido se enriqueceu com

quadros dedicados e seguros, dispostos a todos os sacrifícios, como aconteceu de 1934 a 1936, quando se revelaram e se destacaram novos quadros.

Ultimamente a tiragem do jornal «Humanité» tem duplicado. Edições especiais eram rapidamente adquiridas logo que saíam do prelo. Trata-se atualmente de consolidar essas conquistas por meio de esforços incessantes, de manter os novos leitores de nossos jornais e conquistar outros. Muitos novos membros foram admitidos ao Partido. Devemos continuar a agir nesse sentido.

Durante as últimas semanas muitos trabalhadores despararam para a vida política. Milhares e milhares de simpatizantes integraram-se à luta ao nosso lado. Pode-se realizar um amplo recrutamento, efetuar assembleias políticas de nossas células, convidar os simpatizantes a se unirem à sua atividade e consolidá-las. Pode-se criar um grande número de novas células, sobretudo nas empresas. Igualmente podemos, em grau consideravelmente maior, apelar para o apoio financeiro da massa à nosso Partido e aumentar o valor das contribuições.

Os fatos refutaram as afirmações pessimistas dos que consideravam a juventude indiferente e apática. Calorosa e em bloco a juventude incorporou-se à luta. Jovens operários, estudantes e moças ocuparam as primeiras fileiras da luta pela liberdade. Todo o mundo reconheceu sua ampla participação nas demonstrações que se realizaram na Praça das Nações até à Praça da República.

Só na União da Juventude Comunista ingressaram 3 mil jovens. O êxito alcançado no recrutamento de membros, na divulgação da imprensa e sobretudo na mobilização das massas é fruto da justa orientação seguida por nosso Partido com toda a firmeza de princípios. Nesse período adquiriram novo alento bons companheiros que possivelmente estiveram por um instante confundidos pela atividade de sapa de alguns elementos revisionistas. Todo o Partido se manifestou em frente única. Diferentemente do Partido Socialista e de todos os demais partidos que se dividiram no período de prova, como já acontecera em Vichy em 1940, que conheceram perturbações, covardia e traição, nosso Partido revelou-se unido e firme como rocha. Em certas ocasiões como, por exemplo, em 1939, o inimigo conseguiu provocar confusão entre certas camadas da população que hoje nos acompanham. Nosso Partido se acha cercado de uma massa mais numerosa de simpatizantes que revelam uma confiança maior do que em qualquer época. O Partido é considerado por todos como a principal força da democracia e da liberdade.

Se o Partido teve que lutar em condições tão boas foi porque combateu inflexivelmente todos os desvios, porque usou métodos de organização que comprovam o vigor do centralismo democrático, em contraposição à pseudo-democracia, cujo triste exemplo nos é fornecido pelos demais partidos.

Esse fato se deve sobretudo a ter-se mantido fiel aos princípios de Marx e Lenin, fiel à classe operária, porque pôde elevar bem alto a bandeira da defesa das liberdades democráticas, a bandeira da paz e dos reais interesses da nação.

A obra, pois, caros camaradas! Marchai cheios de certeza e decisão! Organizai a luta das massas pela liquidação da ditadura pessoal, para dizer «não» ao plebiscito, pela paz na Argélia, pela restauração das liberdades republicanas, por uma França livre, poderosa e feliz!



Em Moscou realizou-se um comício de mulheres no qual tomaram parte as delegadas ao IV Congresso da Federação das Mulheres Democráticas em visita à capital soviética. Na foto — o primeiro Ministro Kruschiov e o presidente do Supremo Soviet da URSS, K. E. Vorochilov entre as visitantes.

DIRIGEM-SE A PARLAMENTARES, FERROVIÁRIOS APOSENTADOS DE SÃO PAULO

Ferrovários aposentados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro enviaram ao senador paulista Lino de Matos e ao deputado Ulysses Guimarães, o seguinte texto:

“Ferrovários aposentados da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, onde já exercemos mais de 30 anos de atividades, onde deixamos nossa contribuição, na labuta diária no desempenho da nobre missão de

bem servir ao público e contribuir para o progresso de nossa extenuada pátria, nos achando no momento atual, desamparados de leis sociais que nos garantam pelo menos a humana chance de sobrevivência, vimos solicitar de V. Excia. todo o apoio que possa dar às nossas justas pretensões, que são as seguintes:

1 — Rejeição dos vetos aos artigos 4º e 5º, apostos pelo Exmo. Sr. Presidente da República, ao projeto de lei de aposentadoria integral aos trabalhadores em geral, aos 30 e 35 anos de serviço.

2 — A inclusão ao projeto de lei orgânica, ora em tramitação pelo Senado, caso não seja atingida a alta finalidade citada no item anterior.

Nunca será demais dizermos que nossa situação, como dos aposentados em geral, é aférrima.

Na maioria dos casos, recebemos apenas salário mínimo, sem possibilidades de obter maiores proventos devido à avançada idade e ao cansaço adquirido durante nossas longas jornadas de trabalho, nossa prole acaba sofrendo privações e as maiores humilhações.

Sua Excia., o Sr. Presidente da República, em discurso proferido no dia 13 do corrente, perante numerosos representantes de classes, trabalhadoras, disse ter cumprido todos os compromissos assumidos perante os trabalhadores. Esqueceu-se, portanto, da tão numerosa classe dos aposentados.

Em suas razões, justificando o veto, declara que as instituições previdenciárias não poderão arcar com mais esses ônus, sob pena de ficarem em estado de insolvência.

Os Institutos e Caixas têm recursos suficientes para conceder esses benefícios, bastando tão somente que o governo e a classe patronal, solvassem todos os compromissos em atraso com as referidas instituições.

Apelando desta forma para V. Excia., esperamos sua grande contribuição para minorar o sofrimento desta grande classe, que conta com um bom contingente eleitoral. Bauru, 18 de maio de 1958.

Assinados: Caiuby Delmonte, Zacarias Silva Onofre, Elvio Vicentini, Urias Guatemozin, Abel Diniz, João Batista Moreira, Benedito Miranda Júnior, Carlos Duarte Almeida, Benedito André Cruz. Seguem-se dezenas de outras assinaturas.

A BATALHA DA DIFUSÃO

Não houve mudança substancial no quadro geral da difusão de VOZ OPERÁRIA. Embora as últimas diferenças para menos nas quantidades dos agentes que recebem no balcão, tenham sido eliminadas, a verdade é que nossa programação sofreu um desfalecimento anterior, que até hoje não foi regularizado, e que importou em menos 25 por cento das quantidades programadas. Embora se tenha procurado corrigir a falha, ela perdura entre os agentes tranviários e marítimos do Distrito Federal. Em São Paulo (Capital), a situação está equilibrada e estável. Verificaram-se aumentos na venda em algumas de nossas agências nos Estados: Bragança Paulista; Mogi das Cruzes; Fortaleza; Maceió; Dourados e Macaé (EC); além das agências restabelecidas em Guaimbé, Almorés, Mirante Paranapanema; Rolândia; Japuíba, Macaé, Barra do Piraí, Sabará, Paratimir, o que revela um interesse digno de nota por parte dos responsáveis por essas agências.

Um outro aspecto ligado à difusão diz respeito aos pagamentos das faturas. Qualquer falta ou mesmo atraso nos pagamentos; dificulta nossas atividades e pode redundar em menores quantidades de jornais para nossos agentes, atingindo a vida econômica da empresa responsável pela edição de VOZ OPERÁRIA, que tem compromissos inadiáveis com as oficinas, fornecedores de papel, salários e muitos outros, e fica sem poder saldá-los.

Vinha-se notando um decréscimo nos recebimentos do interior. A situação melhorou um pouquinho mas não está de todo regularizada. É necessário que as faturas sejam pagas integralmente até 30 dias após sua extração, a fim de que seja evitada, em consequência, também a interrupção das remessas, como ocorre a partir desta edição com quantidades de algumas de nossas agências.

AGÊNCIA DE JOÃO PESSOA: Esclarecendo a situação referente às remessas das edições n.ºs 465 e 469, a Real Aerovias informa: nº 465 seguiu dia 2 de maio; avião YOB voo 724; nº 469 seguiu dia 1º de junho; avião ANP, voo 722.

AUSTIN: As quantidades estão sendo devolvidas com a nota dos Correios local — Não procuramos.

CAMPINAS: Foram recebidos Cr\$ 1.200,00 em 8 de abril de 1958.

AUMENTOS: Bragança Paulista; Diamantina; Mogi das Cruzes; Fortaleza; Recife; Maceió; Dourados; Cornélio Procópio; Terezina.

AGÊNCIAS RESTABELECIDAS: Guaimbé; Almorés; Mirante Paranapanema; Rolândia; Japuíba; Paratimir; Barra do Piraí; Sabará; Macaé; Salto; São Luiz; e Porto Novo.

AGÊNCIAS REDUZIDAS: Campina Grande; Campo Grande; Franca; Curitiba; Maringá; Assis; Recife.

AGÊNCIAS SUSPENSAS: Pompéia; Boissamó; Cruzeiro; Guairá; Jundiá; Mangaratil; Pres. Prudente; Salto; Salto Grande; Taubaté; Tupã; Araçá; Galléia; Juiz de Fora (JB); Ponte Nova; Ma. Valença; Res. Rios; Astorga; Mandaguari; C. Itapemirim; São Luiz.

NOVAS AGÊNCIAS: Itapeitinga; Brasília; Mandaguari; Belo Horizonte; Rio Bonito.

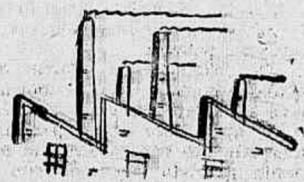
PAGAMENTOS DE 5/6 a 25/6/58: Franca Cr\$ 500,00; Ita Cr\$ 500,00; Campo Grande Cr\$ 1.660,50; Maceió Cr\$ 150,00; Rolândia Cr\$ 500,00; Cabo Frio Cr\$ 2.200,00; Paranarim Cr\$ 250,00; Aracaju Cr\$ 1.000,00; Taubaté Cr\$ 2.000,00; Distribuidora Riachuelo, Cr\$ 10.000,00; Lins. Cr\$ 300,00; Curitiba Cr\$ 500,00; Cuiabá Cr\$ 100,00; Cândido Mota Cr\$ 100,00; Londrina (NM) Cr\$ 15,00; Campinas Cr\$ 1.000,00; Cam-

po Cr\$ 2.300,00; Campina Grande Cr\$ 400,00; Curitiba Cr\$ 362,50; Jacanga Cr\$ 180,00; Barre do Piraí Cr\$ 1.025,00; Maringá Cr\$ 2.000,00; Ribeirão Preto Cr\$ 4.500,00; Brasília Cr\$ 200,00; Sabará Cr\$ 250,00; Diamantina Cr\$ 500,00; Assis Cr\$ 800,00; João Fes. Cr\$ 2.382,40; Distribuidora Riachuelo, Cr\$ 10.000,00; Itabuna Cr\$ 600,00; Salvador Cr\$ 1.800,00; Inocintuba Cr\$ 200,00; Macaé Cr\$ 4.379,50; Votuporanga Cr\$ 530,00; Manaus Cr\$ 340,00; Cuiabá Cr\$ 100,00; Corumbá Cr\$ 700,00; Bauru Cr\$ 300,00; Bragança Paulista Cr\$ 200,00; Rio Claro Cr\$ 300,00; Campina Grande Cr\$ 300,00; Fortaleza Cr\$ 1.000,00; Curitiba Cr\$ 600,00; Itabuna Cr\$ 500,00; São Paulo Cr\$ 900,00; Salto Cr\$ 500,00; Recife Cr\$ 1.000,00; São Luiz Cr\$ 1.000,00; Neves Paulista Cr\$ 300,00; Cornélio Procópio Cr\$ 270,00; Porto Novo Cr\$ 200,00; Distribuidora Riachuelo Cr\$ 7.500,00.

UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA: A Batalha da Difusão deixou de ser publicada durante 3 semanas seguidas, o que não é justo, mas o foi por absoluta falta de espaço. Vamos nos esforçar para que fique assegurada a publicação desta seção. Hoje os nossos agentes encontram o movimento referente ao período de 4 a 25 de junho de 1958.

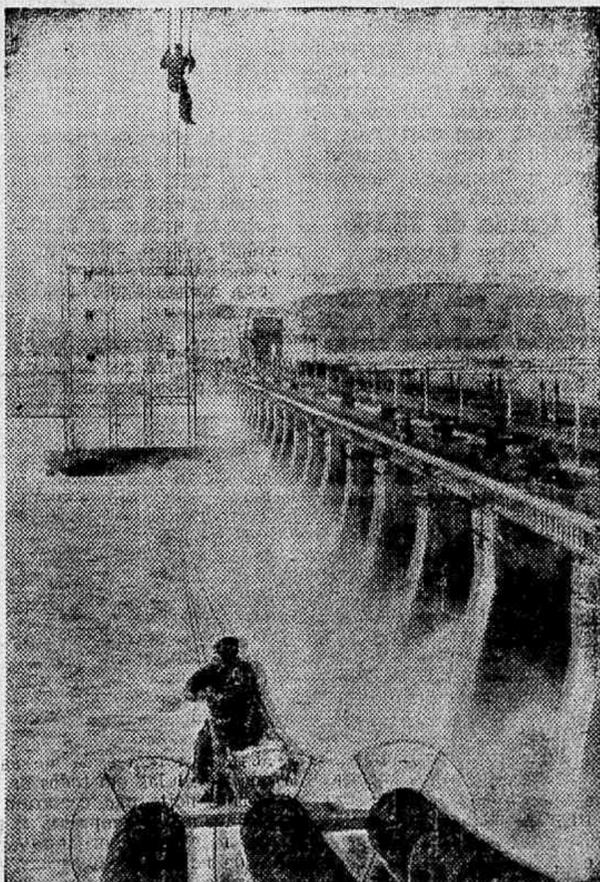
II FESTIVAL DO LIVRO DA AMÉRICA

Recebemos da Comissão Organizadora do II Festival do Livro da América com pedido de afixação vários cartazes anunciando a realização da «Feira Internacional do Livro», na Cinelândia e a «Exposição Internacional do Livro», no Museu Nacional de Belas Artes, ambas de 21 de junho a 5 de julho.



VOZ OPERÁRIA

Mário Alves
MATRIZ:
Av. Rio Branco, 257, 17º andl. s/ 1.712 - Tel: 42-7344
ASSINATURAS:
Núm. avulso 3,00
Anual 150,00
Semestral 80,00
Trimestral 60,00
Área ou sob registro, despesas à parte
SUCURSAL
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.
Núm. atrasado 5,00



Os trabalhos de ligação entre as linhas de alta tensão de Kuibishev e Bagulma estão quase completos, graças ao que os Urais logo receberão energia da Central Elétrica de Kuibishev. Na foto — o encontro das duas linhas.

Saudação do C.Z. de Terezina Ao Comitê Central do PCB

Recebemos:

O Comitê da Zona de Terezina (Piauí), em reunião para leitura e discussão da DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PCB, fez uma análise crítica e auto-crítica da atuação dos comunistas em face as condições política e econômica neste Estado, tendo em seguida tomado a resolução de saudar o C.C. pela vitória alcançada com a referida Declaração, que constitui um documento de grande importância, o qual está mais no sentido da realidade brasileira; dá um golpe de morte no dogmatismo; no sectarismo e dá uma nova orientação política para o avanço das forças nacionalistas e democráticas em prol da independência nacional, contra a exploração do imperialismo americano.

O C.Z. de Terezina pede que esta saudação seja extensiva ao camarada Luís Carlos Prestes, pela vitória democrática alcançada com a revogação da prisão preventiva contra ele, pelo que voltou ao seio do povo e de sua família, o que constituiu alegria.

COMITÊ DE ZONA DE TEREZINA — Piauí
Terezina, abril de 1958

PATRIMÔNIO QUE É PRECISO DEFENDER

Com a reviravolta na política cambial do governo, iniciada antes mesmo da posse do Sr. Lucas Lopes na pasta da Fazenda, através das Instruções da SUMOC de números 156, 157 e 158, sofrem duro impacto as quatro empresas estatais pioneiras de nossa indústria de base: a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Nacional de Alcalis.

É certo que o clamor levantado em defesa da Petrobrás imediatamente após a publicação daquelas Instruções, obrigou os entreguistas da SUMOC a um recuo tático. Republicando seus desastrosos atos, a pretexto de terem saído com incorreções, voltaram atrás quanto ao aumento da taxa do dólar para a importação de equipamentos petrolíferos. Nem por isso a Petrobrás deixou de sofrer majorações nos gastos com a aquisição no exterior de equipamentos, unidades de transporte e certos materiais ainda não produzidos no Brasil, inclusive a barrilha, necessária à indústria de refino, e que só poderá ser fornecida pela Companhia Nacional de Alcalis quando começar a funcionar a pleno rendimento no Arraial do Cabo a Usina de produção respectiva.

Aqui é preciso observar que o recuo corretivo da Instrução 158 se verificou somente no que refere à Petrobrás. Esta poderá importar os seus equipamentos a 58,00 o dólar (assim mesmo, houve elevação de custos, já que antes a taxa era a Cr\$ 52,00). Quanto às outras empresas estatais, deverão fazer as importações de equipamentos a Cr\$ 70,00 por dólar, dependendo ainda de autorização do Conselho da SUMOC.

Depois do fracasso cada vez mais evidente das campanhas movidas contra a iniciativa estatal para a criação daquelas indústrias, a que respondiam êxitos incontáveis, por cima da má vontade, de certa sabotagem, da resistência passiva que lhes era oposta pelo B.N.D.E., pela SUMOC e outros órgãos da administração pública, o entreguismo parece disposto a um ataque frontal. Contra essa política derrotista estão surgindo os primeiros protestos das forças nacionalistas que atuam dentro e fora do parlamento e do governo, através de prestigiosos dirigentes inclusive a classe operária, sindicatos, organizações representativas da indústria, da lavoura e do comércio e entidades estudantis. Compreendem essas forças a necessidade de defender um patrimônio nacional de tamanha importância, tanto pelo que já constituem como parte concreta da riqueza de nosso país, como pelo que significam como fator da industrialização e do desenvolvimento econômico em seus múltiplos aspectos.

Impasse Para Volta Redonda

Volta Redonda cresce, atingindo seus primeiros objetivos, aliás ainda limitados a uma produção de lingotes e laminas de aço. A Companhia Siderúrgica Nacional tem sido um poderoso fator de progresso, ocupando um lugar de destaque no parque industrial brasileiro, o que confirma o acerto da política de inversões estatais nas empresas pioneiras da indústria de base.

Consta do segundo plano de expansão de Volta Redonda a produção de um milhão de toneladas de lingotes em 1960. Com essa experiência, que anima o governo federal, em colaboração com os governos de São Paulo e de Minas, a criar mais duas usinas, a COSIPA e a USIMINAS, esta última com 40% de capital japonês) prevendo-se em mais de 900.000 toneladas a produção das duas, chegamos já a uma planificação para produzir em 1960, no setor siderúrgico de intervenção estatal, dois milhões de toneladas de aço em lingotes.

É diante dessa perspectiva que as medidas cambiais de agosto de 1957, agravadas pelas recentes Instruções da SUMOC, vem criar uma situação de impasse financeiro para a Companhia Siderúrgica Nacional.

Queda de 33,1% Nos Lucros

Vejamos quais as consequências, para Volta Redonda, da lei nº 3.244. A Siderúrgica importava carvão a câmbio de custo, antes da reforma cambial. A partir de

Com as recentes Instruções da SUMOC agrava-se mais a situação criada às empresas estatais pioneiras pela reforma cambial de agosto — Cairam de mais de um terço os lucros da C.S.N. — O monopólio estatal do petróleo não deixa de sofrer, apesar do recuo tático dos entreguistas — Panorama dos êxitos da FNM — O programa da Cia. Nat. de Alcalis

agosto, sujeita ao regime estabelecido para a categoria geral, começou a sofrer uma sobrecarga por demais pesada. Esse fator de desequilí-

tes e custo, em geral. Mas o maior impacto sobre a rentabilidade da empresa foi decorrente do aumento do custo das importações, espe-

pende o livre desenvolvimento de nossa economia.

Grandes Êxitos da Petrobrás

A todos os maus-aghos das sucessivas campanhas montadas pelos trustes norte-americanos contra o monopólio estatal do petróleo, vêm respondendo os êxitos da Petrobrás em cinco anos e meio de atividades. São eles assinalados na pesquisa, em 11 Estados, no rendimento dos poços explorados e no refino. A produção diária de pe-

Vista aérea da refinaria de Mataripe, na Bahia



nhões, atraiu para o Brasil várias empresas estrangeiras de automóveis. Procuravam instalar-se em nosso território, a fim de não perderem ainda que parcialmente, o mercado brasileiro.

A frota de caminhões da F.N.M. existente no país em 1956, já era de 7.000 unidades. A produção, esse ano, elevou-se a 2.826 unidades, contra apenas 400 unidades no ano anterior. A produção coberta em 1957 foi de 300 caminhões por mês com 72% de nacionalização, que espera a F.N.M. intensificar, nas peças mestras, inclusive o motor. Cogita-se agora de outro investimento pioneiro: o trator e implementos agrícolas.

É de 100.000 veículos a meta fixada para a produção das empresas nacionais e estrangeiras em 1960.

Cerca de 200 indústrias estão vinculadas ao programa de atividades da Fábrica Nacional de Motores, sendo que 2.000 firmas de fornecedores mantêm relações normais com ela.

Indústria Nacional de Alcalis

Quanto à Indústria Nacional de Alcalis, cuja instalação de quinze anos, graças às manobras do Eximbank, bem como à resistência passiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, da SUMOC e da CEXIM, entrará a produzir 100 mil toneladas de barrilha dentro de alguns meses, e 20 mil toneladas de soda cáustica, por todo o início do ano vindouro. As empresas de iniciativa privada ficou reservado a cerca de 40 mil toneladas de soda cáustica, a 10 mil toneladas por empresa. Produzirá ainda a I.N.A. gás carbônico, gesso, hidróxido de magnésio, cloreto de potássio, bicarbonato de sódio, carbonato de cálcio, etc. Os produtos básicos da I.N.A. independizarão do fornecedor estrangeiro em certos produtos básicos, os seguintes ramos de nossa indústria: refinação de petróleo, siderurgia, tecidos, vidro, sabão, alumínio, produtos químicos e farmacêuticos, celulose, papel, plásticos, etc.

No conjunto da indústria nacional, que protesta neste momento contra os golpes de uma política cambial orientada para servir à penetração do capital colonizador em nossa produção e alélação de nossa produção e abrir o mercado brasileiro ao «dumping» dos produtos dos monopólios norte-americanos, as principais empresas visadas teriam de ser as pioneiras: Petrobrás, Volta Redonda, Fábrica Nacional de Motores, Indústria Nacional de Alcalis. Em sua defesa, como bases que são do progresso e da emancipação nacional do Brasil, é que se movimentam as forças nacionalistas, condenando a entrega de postos-chave da administração pública a notórios entreguistas.

rio, funcionando apenas em três meses e meio do exercício de 1957, determinou a diminuição dos lucros da empresa, na ordem de 33,1%. Os lucros caíram, relamente, de Cr\$ 1.027.108.421,00 em 1956, para apenas Cr\$ 687.490.797,00 em 1957.

Outros elementos desfavoráveis devem ser levados em conta, como aumento de ire-

cialmente do carvão metalúrgico. Em 1958, Volta Redonda terá de importar mais carvão estrangeiro, devido à precariedade do transporte ferroviário, utilizado em 39% no ano de 1956 e apenas em 36% em 1957. Ora deixado de importar carvão à taxa do custo de câmbio (52 cruzeiros) e passando a fazê-lo pela categoria geral, o dólar do carvão subiu para Cr\$ 105,00, depois Cr\$ 127,00 e finalmente Cr\$ 147,00. A sobrecarga poderá ir a um bilhão de cruzeiros.

Além de carvão, a CSN importa coque, cerca de 100.000 toneladas, e matérias primas como níquel, chumbo, cobre, material refratário especial, sobressalentes e acessórios. Para a importação de Elevaram-se as despesas em dólares para a importação de tudo isto.

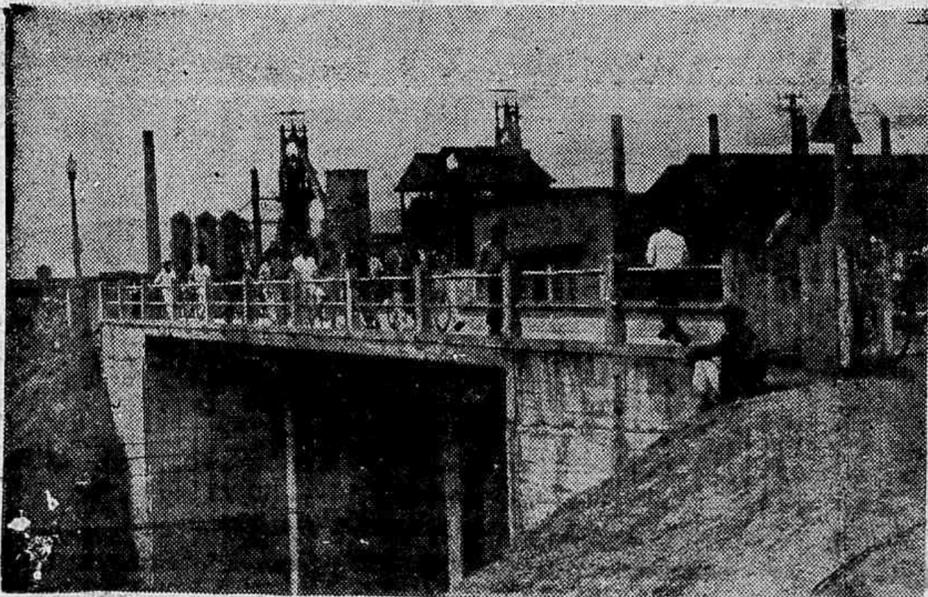
Enquanto anda lentamente na Câmara o projeto do deputado nacionalista Aurélio Viana, restabelecendo o câmbio de custo para as importações de Volta Redonda, as dificuldades por ele, entreguistas se aproveitam no criadas a fim de proporem medidas «salvadoras» de sempre: novas inversões do Eximbank ou diretamente dos trustes lanques, para penetração maior do capital monopolista e seu controle sobre as empresas de que de-

trôle, na Bahia se elevou a 41.000 barris diários. Novas viário para o carvão catari jazidas foram localizadas na Amazônia e no Nordeste. A caacidade das refinarias Presidente Bernardes e Landulfo Alves aumentou para ... 77.000 barris diários, iniciando-se a construção da refinaria do Rio de Janeiro, com a capacidade de 90.00 barris diários. Construiu a Petrobrás dois oleodutos para escoamento da produção baiana. Possui 26 petroleiros e acaba de encomendar mais sete super-petroleiros de 33.000 toneladas. Presentemente a produção de todas as refinarias assegura 80% da gasolina e 60% dos demais derivados consumidos no país. Em 1960 espera a Petrobrás refinar a totalidade dos derivados de que precisamos. Além da gasolina, querosene, óleo diesel, óleo combustível, gás liquefeito, graxas lubrificantes, solventes e asfalto.

Monta já a 106 milhões de dólares a economia de divisas resultante até hoje da produção nacional de petróleo, da refinação e do transporte de óleo bruto.

Fábrica Nacional de Motores

Como empresa pioneira, a Fábrica Nacional de Motores, ao iniciar a atividade em sua linha de produção de cami-



Uma passarela da Usina de Volta Redonda, no momento da saída dos operários